

## ÍNDICE DA MATÉRIA

|  |    |
|--|----|
| <i>Sumário</i> . . . . .   | V  |
| <b>PARTE IX – PROCESSO DE EXECUÇÃO</b>   |    |
| <b>Capítulo XXII – Princípios Gerais</b>   |    |
| § 93 – Execução Forçada  |    |
| 624 – O Processo judicial . . . . .  | 3  |
| 625 – Processo de conhecimento e processo de execução . . . . .  | 3  |
| 626 – Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento . . . . .   | 4  |
| 627 – Visão unitária da jurisdição . . . . .   | 5  |
| 628 – Realização da sanção: fim da execução forçada . . . . .  | 6  |
| 629 – Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada . . . . .  | 6  |
| 630 – Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos . . . . . | 7  |
| 631 – Meios de execução . . . . .  | 8  |
| 632 – Autonomia do processo de execução. . . . .   | 8  |
| § 94 – Princípios Informativos da Tutela Jurisdicional Executiva   |    |
| 633 – Princípios informativos do processo de execução . . . . .  | 10 |
| 634 – Toda execução é real . . . . .   | 11 |
| 635 – A execução tende apenas à satisfação do direito do credor . . . . .  | 11 |
| 636 – Princípio da utilidade da execução . . . . .   | 11 |
| 637 – Princípio da economia da execução . . . . .  | 12 |
| 638 – Princípio da especificidade da execução. . . . .   | 12 |
| 639 – Princípio dos ônus da execução. . . . .  | 12 |
| 640 – Princípio do respeito à dignidade humana . . . . .   | 13 |
| 641 – Princípio da disponibilidade da execução . . . . .   | 13 |
| 641-a – Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo . . . . .   | 14 |
| § 95 – Formas de Execução e Atos de Execução   |    |
| 642 – As várias formas de execução . . . . .   | 16 |
| 643 – Execução singular e execução coletiva . . . . .  | 16 |
| 644 – Atos de execução . . . . .   | 17 |
| 645 – Relação processual executiva. . . . .  | 18 |
| § 96 – Execução Provisória e Definitiva  |    |
| 646 – Conceito . . . . .   | 20 |
| 647 – Fundamentos da execução provisória . . . . .   | 20 |
| 648 – Execução embargada de título extrajudicial . . . . .   | 21 |
| 649 – Situação do tema no Código . . . . .   | 21 |
| 650 – Normas básicas da execução provisória . . . . .  | 22 |

|   |    |
|---|----|
| 650-a – Incidentes da execução provisória . . . . .   | 24 |
| § 97 – Procedimento   |    |
| 651 – Procedimento da execução forçada. . . . .   | 25 |
| § 98 – Disposições Gerais   |    |
| 652 – Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento . . . . .   | 26 |
| 653 – Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça. . . . .  | 26 |
| <b>Capítulo XXIII – Requisitos para Realizar Qualquer Execução</b>  |    |
| § 99 – Pressupostos da Execução Forçada   |    |
| 654 – Pressupostos processuais e condições da ação. . . . .   | 29 |
| 655 – O título executivo . . . . .  | 30 |
| 656 – Função do título executivo . . . . .  | 30 |
| 657 – Efeito prático do título executivo. . . . .   | 31 |
| 658 – Requisitos do título executivo: liquidez, certeza e exigibilidade. . . . .                                      | 32 |
| 659 – Formas dos títulos executivos . . . . .   | 33 |
| 660 – O inadimplemento do devedor . . . . .   | 34 |
| 661 – O inadimplemento em contrato bilateral. . . . .   | 35 |
| <b>Capítulo XXIV – A Relação Processual e seus Elementos</b>  |    |
| § 100 – Elementos Objetivos e Subjetivos do Processo de Execução  |    |
| 662 – Elementos do processo executivo . . . . .   | 37 |
| <b>Capítulo XXV – Elementos Subjetivos (I)</b>  |    |
| § 101 – Partes. Legitimação Ativa   |    |
| 663 – Nomenclatura . . . . .  | 39 |
| 664 – Legitimação ativa . . . . .   | 39 |
| 665 – Legitimação ativa originária do credor. . . . .   | 40 |
| 666 – Legitimação extraordinária do Ministério Público . . . . .  | 40 |
| 667 – Legitimação ativa derivada ou superveniente . . . . .   | 40 |
| 668 – Espólio . . . . .   | 41 |
| 669 – Herdeiros e sucessores . . . . .  | 42 |
| 670 – Cessionário . . . . .   | 42 |
| 671 – Sub-rogado. . . . .   | 43 |
| 672 – Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente<br>ou vacante . . . . . | 44 |
| 673 – Terceiros interessados. . . . .   | 44 |
| § 102 – Legitimação Passiva   |    |
| 674 – Legitimação passiva . . . . .   | 45 |
| 675 – Dívida e responsabilidade. . . . .  | 45 |
| 676 – O devedor . . . . .   | 47 |
| 677 – Espólio e sucessores . . . . .  | 47 |
| 678 – O novo devedor . . . . .  | 48 |
| 679 – Fiador judicial . . . . .   | 49 |
| 680 – Fiador extrajudicial . . . . .  | 50 |
| 681 – Responsável tributário. . . . .   | 51 |
| 682 – Revelia do devedor e curador especial . . . . .   | 53 |
| § 103 – Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros no Processo de Execução   |    |
| 683 – Litisconsórcio . . . . .  | 54 |
| 684 – Assistência . . . . .   | 55 |
| 685 – Denúnciação da lide . . . . .   | 55 |

686 – Chamamento ao processo . . . . . 56

§ 104 – Execução por Iniciativa do Próprio Devedor

687 – O direito à liberação . . . . . 59

688 – Natureza do procedimento . . . . . 59

689 – Cabimento da medida . . . . . 60

690 – Procedimento . . . . . 60

§ 105 – Processo Cumulativo

691 – Cumulação de execuções . . . . . 62

Capítulo XXVI – Elementos Subjetivos (II)

§ 106 – O Órgão Judicial

692 – Juízo competente para a execução . . . . . 65

693 – Execução de sentença . . . . . 65

694 – Competência para execução civil de sentença penal . . . . . 66

695 – Competência para execução de títulos extrajudiciais . . . . . 67

696 – Competência para a execução fiscal . . . . . 67

697 – Competência internacional . . . . . 68

698 – Competência para deliberação sobre os atos executivos . . . . . 68

Capítulo XXVII – Elementos Objetivos do Processo de Execução (I)

§ 107 – Títulos Executivos Judiciais

699 – Títulos executivos judiciais. Enumeração legal . . . . . 71

700 – Sentença condenatória civil . . . . . 72

701 – Sentenças de indenização de ato ilícito: pensionamento . . . . . 73

702 – Sentença penal condenatória . . . . . 75

703 – Sentença homologatória . . . . . 76

703-a – Sentença arbitral . . . . . 77

704 – Sentença estrangeira . . . . . 77

705 – O formal e a certidão de partilha . . . . . 78

§ 108 – Particularidade de Alguns Títulos Executivos Judiciais

706 – Condenação a prestações alternativas . . . . . 79

707 – Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo . . . . . 79

708 – Requisito de admissibilidade da execução de sentença condicional ou a termo . . . . . 81

Capítulo XXVIII – Título Judicial Ilíquido

§ 109 – Liquidação da Sentença Condenatória Genérica

709 – Sentença ilíquida . . . . . 83

710 – Execução de sentença ilíquida . . . . . 83

711 – Casos de iliquidez da sentença . . . . . 84

712 – Natureza jurídica da liquidação da sentença . . . . . 84

713 – Limites da liquidação . . . . . 85

714 – Contraditório . . . . . 86

715 – Liqueidez parcial da sentença . . . . . 86

716 – Liquidação por iniciativa do vencido . . . . . 87

717 – Recursos . . . . . 87

718 – Liquidação frustrada . . . . . 88

§ 110 – Procedimento da Liquidação

719 – Procedimentos . . . . . 89

|   |    |
|---|----|
| 720 – Liquidação por cálculo . . . . .                      | 89 |
| 721 – Liquidação por arbitramento . . . . .                 | 91 |
| 722 – Liquidação por artigos. . . . .                       | 92 |
| 722-a – A indisponibilidade do rito da liquidação . . . . . | 93 |
| 723 – Rescisão da sentença liquidatória. . . . .            | 94 |

### Capítulo XXIX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (II)

|   |     |
|---|-----|
| § 111 – Objeto da Atividade Executiva                                       |     |
| 724 – Bens exeqüíveis . . . . .   | 99  |
| § 112 – Responsabilidade Patrimonial  |     |
| 725 – Obrigação e responsabilidade. . . . .                                 | 100 |
| 726 – Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor . . . . .         | 101 |
| 727 – Responsabilidade e legitimação passiva para a execução. . . . .       | 101 |
| 728 – Responsabilidade executiva secundária . . . . .                       | 102 |
| 729 – Excussão de bens do sucessor singular. . . . .                        | 102 |
| 730 – Excussão de bens do sócio . . . . .                                   | 103 |
| 731 – Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica . . . . . | 104 |
| 732 – Bens do devedor em poder de terceiros . . . . .                       | 104 |
| 733 – Excussão de bens do devedor casado: tutela da meação . . . . .        | 105 |
| 734 – Bens alienados em fraude de execução. . . . .                         | 106 |
| 735 – Casos de fraude de execução . . . . .                                 | 107 |
| 736 – Fraude de execução e insolvência do devedor. . . . .                  | 108 |
| 736-a – A posição do terceiro adquirente em face da execução . . . . .      | 110 |
| 737 – Bens sujeitos ao direito de retenção . . . . .                        | 111 |
| 738 – Excussão de bens do fiador . . . . .                                  | 111 |
| 739 – Bens de espólio . . . . .   | 112 |

### Capítulo XXX – Elementos Objetivos do Processo de Execução (III)

|  |     |
|--|-----|
| § 113 – Execução de Títulos Extrajudiciais   |     |
| 740 – Execução de sentença e ação executiva . . . . .                                    | 113 |
| 741 – Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança . . . . .              | 114 |
| § 114 – Títulos Executivos Extrajudiciais  |     |
| 742 – Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação . . . . .                    | 115 |
| 743 – Títulos cambiários e cambiariformes. . . . .                                       | 115 |
| 744 – Duplicatas . . . . .   | 116 |
| 745 – Responsáveis cambiários . . . . .  | 116 |
| 746 – Documento público ou particular. . . . .   | 117 |
| 747 – Confissões de dívida. . . . .  | 118 |
| 747-a – Contrato de abertura de crédito . . . . .  | 118 |
| 748 – Hipoteca, penhor, anticrese e caução. . . . .                                      | 120 |
| 749 – Classificação das garantias . . . . .  | 122 |
| 750 – Seguros. . . . .   | 123 |
| 751 – Rendas imobiliárias . . . . .  | 123 |
| 752 – Encargo de condomínio . . . . .  | 123 |
| 753 – Custas judiciais . . . . .   | 124 |
| 754 – Dívida ativa da Fazenda Pública . . . . .  | 125 |
| 755 – Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título . . . . . | 127 |
| 756 – Títulos executivos definidos em outras leis . . . . .                              | 128 |

|                                      |     |
|--------------------------------------|-----|
| 757 – Títulos estrangeiros . . . . . | 128 |
|--------------------------------------|-----|

## Parte X – DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

### Capítulo XXXI – Disposições Gerais

|  |     |
|--|-----|
| § 115 – Regras Pertinentes às Diversas Espécies de Execução                          |     |
| 758 – Organização da matéria no Código de Processo Civil . . . . .                   | 131 |
| 759 – Direito de preferência gerado pela penhora . . . . .                           | 131 |
| 760 – A documentação da petição inicial . . . . .                                    | 133 |
| 761 – Outras providências a cargo do credor . . . . .                                | 134 |
| 762 – Obrigações alternativas . . . . .  | 134 |
| 763 – Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto . . . . . | 134 |
| 764 – Medidas acautelatórias . . . . .   | 135 |
| 765 – Dívida sujeita a contraprestação . . . . .                                     | 135 |
| 766 – Petição inicial incompleta ou mal instruída . . . . .                          | 135 |
| 767 – Execução e prescrição . . . . .  | 136 |
| 768 – Nulidades no processo de execução . . . . .                                    | 137 |
| 769 – Imperfeição do título executivo . . . . .                                      | 137 |
| 770 – Falta de título executivo . . . . .  | 137 |
| 771 – Nulidade da execução fiscal . . . . .  | 138 |
| 772 – Vício da citação . . . . .   | 139 |
| 773 – Verificação da condição ou ocorrência do termo . . . . .                       | 139 |
| 774 – A arguição das nulidades . . . . .   | 140 |
| 775 – A arrematação de bem gravado com direito real . . . . .                        | 140 |
| 776 – Execução realizável por vários meios . . . . .                                 | 141 |

### Capítulo XXXII – Execução para Entrega de Coisa

|  |     |
|--|-----|
| § 116 – Procedimento Próprio para a Execução das Obrigações de Dar   |     |
| 777 – Conceito . . . . .   | 143 |
| 778 – Entrega de coisa certa . . . . .   | 144 |
| 779 – Procedimento . . . . .   | 144 |
| 779-a – Cominação de multa diária . . . . .  | 145 |
| 780 – Efeito dos embargos . . . . .  | 145 |
| 781 – Alienação da coisa devida . . . . .  | 146 |
| 782 – Execução da obrigação substitutiva . . . . .   | 146 |
| 783 – Execução de coisa sujeita a direito de retenção . . . . .  | 147 |
| 784 – Títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i> . . . . .                      | 148 |
| 784-a – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i> (Lei nº 10.444, de 07.05.02) . . . . .         | 148 |
| 784-b – Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa. . . . . | 149 |
| 784-c – Embargos de retenção . . . . .   | 149 |
| 785 – Execução para entrega de coisa incerta . . . . .   | 150 |
| 785-a – Medidas de coerção e apoio. . . . .  | 150 |

### Capítulo XXXIII – Execução das Obrigações de Fazer e Não-fazer

|  |     |
|--|-----|
| § 117 – Procedimentos Próprios das Execuções das Obrigações de Fazer e Não-Fazer |     |
| 786 – O problema da execução das prestações de fato . . . . .                    | 153 |
| 787 – Fungibilidade das prestações . . . . .                                     | 154 |
| 788 – “Astreinte”: a multa como meio de coação . . . . .                         | 154 |
| 789 – Distinções preliminares . . . . .  | 155 |
| 790 – Princípios comuns . . . . .  | 156 |

|  |     |
|--|-----|
| 790-a – A sistemática preconizada pela Lei nº 10.444, de 07.05.02. . . . .   | 156 |
| 791 – Execução das prestações fungíveis. . . . .                             | 157 |
| 792 – Realização da prestação fungível por terceiro. . . . .                 | 157 |
| 793 – Inadimplência do terceiro arrematante. . . . .                         | 158 |
| 794 – Realização da prestação pelo próprio credor. . . . .                   | 159 |
| 795 – Execução das prestações infungíveis. . . . .                           | 159 |
| 796 – Execução das prestações de declaração de vontade. . . . .              | 160 |
| 797 – Satisfação da contraprestação a cargo do exequente. . . . .            | 161 |
| 798 – A execução das sentenças que condenam à declaração de vontade. . . . . | 162 |
| 799 – Natureza jurídica da sentença. . . . .                                 | 162 |
| 800 – Execução das obrigações de não-fazer. . . . .                          | 163 |
| 800-a – Medidas sub-rogatórias e antecipatórias. . . . .                     | 163 |

#### Capítulo XXXIV – Execução por Quantia Certa

|   |     |
|---|-----|
| § 118 – Noções Gerais   |     |
| 801 – O objetivo da execução por quantia certa. . . . .   | 169 |
| 802 – Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados. . . . . | 170 |
| 803 – Espécies. . . . .   | 171 |

#### Capítulo XXXV – Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente

|   |     |
|---|-----|
| § 119 – Fase de Proposição  |     |
| 804 – Execução por quantia certa contra devedor solvente. . . . . | 173 |
| 805 – Proposição. . . . .   | 174 |
| 806 – Arresto de bens do devedor não encontrado. . . . .          | 175 |

#### Capítulo XXXVI – Fase de Instrução (I)

|   |     |
|---|-----|
| § 120 – Penhora   |     |
| 807 – A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa. . . . .                     | 177 |
| 808 – Natureza jurídica da penhora. . . . .   | 178 |
| 809 – Função da penhora. . . . .  | 179 |
| 810 – Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros. . . . .   | 181 |
| 811 – Inscrição da penhora que recai sobre imóvel. . . . .  | 183 |
| 812 – Penhora de imóvel na sistemática da Lei nº 10.444, de 07.05.02. . . . .   | 183 |
| 812-a – Penhora de imóvel situado fora da comarca da execução. . . . .  | 186 |
| § 121 – Objeto da Penhora   |     |
| 813 – Bens penhoráveis e impenhoráveis. . . . .   | 188 |
| 814 – Bens absolutamente impenhoráveis. . . . .   | 189 |
| 814-a – A impenhorabilidade do imóvel de residência da família. . . . .   | 191 |
| 815 – Bens relativamente impenhoráveis. . . . .   | 192 |
| 816 – A penhorabilidade dos fundos líquidos do sócio em sociedade mercantil. . . . .                                  | 193 |
| 817 – Limites da penhora. . . . .   | 195 |
| 818 – Escolha dos bens a penhorar. . . . .  | 196 |
| 819 – Gradação legal da nomeação de bens à penhora e outras exigências da lei a serem cumpridas pelo devedor. . . . . | 196 |
| 820 – Nomeação de bens pelo credor. . . . .   | 197 |
| 821 – Bens fora da comarca. . . . .   | 198 |
| § 122 – Realização e Formalização da Penhora  |     |
| 822 – Penhora pelo oficial de justiça. . . . .  | 199 |
| 823 – Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial. . . . .  | 200 |

|  |     |
|--|-----|
| 824 – Auto de penhora e depósito e penhora por termo do escrivão . . . . .     | 200 |
| 825 – Intimação de penhora . . . . .   | 201 |
| § 123 – Penhoras Especiais   |     |
| 826 – Particularidades da penhora de certos bens . . . . .                     | 202 |
| 827 – Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais . . . . .             | 202 |
| 828 – Penhora de direitos e ações . . . . .                                    | 202 |
| 829 – Penhora sobre créditos do executado . . . . .                            | 203 |
| 830 – Sub-rogação do exeqüente nos direitos do executado . . . . .             | 203 |
| 831 – Penhora no rosto dos autos . . . . .                                     | 204 |
| 832 – Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas . . . . .         | 204 |
| 833 – Penhora de empresas e outros estabelecimentos . . . . .                  | 205 |
| 834 – Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público . . . . . | 205 |
| 835 – Penhora de navio ou aeronave . . . . .                                   | 206 |
| 836 – Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens . . . . .                | 206 |
| § 124 – Alterações e Resgate da Penhora  |     |
| 837 – Modificações da penhora . . . . .  | 207 |
| 838 – Remição da execução por quantia certa . . . . .                          | 208 |
| § 125 – Depósito e Administração dos Bens Penhorados                           |     |
| 839 – Depósito dos bens penhorados . . . . .                                   | 209 |
| 840 – Escolha do depositário . . . . .   | 209 |
| 841 – Função do depositário . . . . .  | 210 |
| 842 – Alienação antecipada dos bens penhorados . . . . .                       | 210 |
| 843 – Depositário comum e depositário administrador . . . . .                  | 211 |
| 844 – Responsabilidade do depositário . . . . .                                | 211 |
| 845 – Entrega de bens após a expropriação executiva . . . . .                  | 211 |
| 846 – Prisão civil do depositário judicial . . . . .                           | 212 |

## Capítulo XXXVII – Fase de Instrução (II)

|   |     |
|---|-----|
| § 126 – Expropriação  |     |
| 847 – Conceito . . . . .  | 213 |
| § 127 – Arrematação   |     |
| 848 – Conceito e natureza jurídica da arrematação . . . . .                         | 214 |
| 849 – Avaliação . . . . .   | 214 |
| 850 – Laudo de avaliação . . . . .  | 215 |
| 851 – Reflexos da avaliação sobre a alienação forçada dos bens penhorados . . . . . | 216 |
| 852 – Espécies de arrematação . . . . .   | 216 |
| 853 – Leilão e praça . . . . .  | 217 |
| 854 – Editais e outras divulgações da arrematação . . . . .                         | 218 |
| 855 – Intimação do devedor . . . . .  | 219 |
| 855-a – Outras intimações . . . . .   | 219 |
| 856 – Adiamento da arrematação . . . . .  | 220 |
| 857 – A hasta pública . . . . .   | 220 |
| 858 – Legitimação para arrematar . . . . .  | 221 |
| 859 – Forma de pagamento da arrematação . . . . .                                   | 222 |
| 860 – Auto de arrematação . . . . .   | 222 |
| 861 – Arrematação de imóveis . . . . .  | 223 |
| 862 – Desfazimento ou retratação da arrematação . . . . .                           | 224 |
| 863 – Carta de arrematação . . . . .  | 226 |
| 864 – Efeitos da arrematação . . . . .  | 228 |
| 865 – Evicção e arrematação . . . . .   | 228 |
| 866 – Vícios redibitórios . . . . .   | 230 |

|  |     |
|--|-----|
| 867 – Ação anulatória da arrematação . . . . .   | 230 |
| § 128 – Remição  |     |
| 868 – Remição de bens . . . . .  | 231 |
| 869 – Remição de bens e remição da execução. . . . .   | 231 |
| 870 – Mecanismo da remição de bens. . . . .  | 232 |
| 871 – Bens passíveis de remição . . . . .  | 232 |
| 872 – Legitimação . . . . .  | 232 |
| 873 – Oportunidade . . . . .   | 233 |
| 874 – Preço . . . . .  | 234 |
| 875 – Sentença de remição. . . . .   | 234 |
| 876 – Carta de remição. . . . .  | 234 |
| <br>Capítulo XXXVIII – Fase de Satisfação  |     |
| § 129 – Pagamento ao Credor  |     |
| 877 – Satisfação do direito do credor . . . . .  | 235 |
| § 130 – Pagamento por Entrega do Dinheiro  |     |
| 878 – Entrega do dinheiro . . . . .  | 236 |
| 879 – Concurso de preferência sobre o produto da execução . . . . .  | 236 |
| 880 – Procedimento do concurso particular . . . . .  | 237 |
| § 131 – Pagamento por Adjudicação de Bens  |     |
| 881 – Adjudicação . . . . .  | 239 |
| 882 – Pressuposto da adjudicação . . . . .   | 240 |
| 883 – Multiplicidade de pretendentes à adjudicação . . . . .   | 240 |
| 884 – Depósito do preço da adjudicação . . . . .   | 241 |
| 885 – Sentença e carta de adjudicação . . . . .  | 241 |
| § 132 – Pagamento por Usufruto Forçado   |     |
| 886 – Usufruto de imóvel ou empresa . . . . .  | 243 |
| 887 – Usufruto forçado de empresa . . . . .  | 245 |
| <br>Capítulo XXXIX – Execução contra a Fazenda Pública   |     |
| § 133 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa contra o Poder Público                           |     |
| 888 – Execução forçada contra a Fazenda Pública . . . . .  | 249 |
| 888-a – Execução provisória contra a Fazenda Pública . . . . .   | 251 |
| 889 – O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários . . . . .                                  | 252 |
| 890 – Execução de obrigação de dar . . . . .   | 253 |
| <br>Capítulo XL – Execução da Obrigação de Alimentos   |     |
| § 134 – Procedimento Especial da Execução por Quantia Certa em Matéria de Alimentos                          |     |
| 891 – Execução da prestação alimentícia . . . . .  | 255 |
| 892 – Averbação em folha de pagamento. . . . .   | 255 |
| 893 – Prisão civil do devedor . . . . .  | 256 |
| 894 – Execução de alimentos provisionais e alimentos definitivos . . . . .                                   | 257 |
| 895 – Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos (art. 733) . . . . . | 258 |

## Parte XI – OPOSIÇÃO À EXECUÇÃO FORÇADA

### Capítulo XLI – Resistência do Devedor e de Terceiros

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| § 135 – Embargos do Devedor |  |
|-----------------------------|--|



|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 896   | – Resistência à execução . . . . .  | 261 |
| 897   | – Natureza jurídica dos embargos à execução . . . . .                       | 262 |
| 898   | – Classificação dos embargos do devedor . . . . .                           | 262 |
| 899   | – Legitimação . . . . .   | 263 |
| 900   | – Autonomia dos embargos de cada co-executado . . . . .                     | 264 |
| 901   | – Competência . . . . .   | 265 |
| 902   | – Generalidades sobre o processamento dos embargos . . . . .                | 266 |
| 903   | – Segurança do juízo como condição da ação de embargos do devedor . . . . . | 266 |
| 904   | – Prazo para propositura dos embargos do devedor . . . . .                  | 267 |
| 905   | – Rejeição liminar dos embargos . . . . .                                   | 269 |
| 906   | – Procedimento . . . . .  | 269 |
| 907   | – Revelia nos embargos . . . . .  | 270 |
| 908   | – Efeito suspensivo dos embargos . . . . .                                  | 270 |
| 909   | – Embargos à execução de sentença . . . . .                                 | 271 |
| 910   | – Embargos de retenção por benfeitorias . . . . .                           | 275 |
| 911   | – Embargos à execução fundada em título extrajudicial . . . . .             | 276 |
| 912   | – Autonomia da ação de embargos do devedor . . . . .                        | 277 |
| 913   | – Embargos à arrematação e à adjudicação . . . . .                          | 277 |
| 913-a | – Exceção de pré-executividade . . . . .                                    | 278 |
| § 136 | – Embargos de Terceiro . . . . .  |     |
| 914   | – Conceito . . . . .  | 281 |
| 915   | – Legitimação ativa . . . . .   | 281 |
| 916   | – Legitimação passiva . . . . .   | 282 |
| 917   | – Valor da causa . . . . .  | 282 |
| 918   | – Competência . . . . .   | 283 |
| 919   | – Oportunidade . . . . .  | 283 |
| 920   | – Julgamento e recurso . . . . .  | 283 |
| 921   | – Procedimento . . . . .  | 284 |
| 922   | – Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real . . . . .       | 284 |
| 923   | – Sucumbência na ação de embargos de terceiro . . . . .                     | 285 |

## Parte XII – INSOLVÊNCIA CIVIL

### Capítulo XLII – Execução por Quantia Certa contra Devedor Insolvente

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 137 | – Execução Concursal . . . . .  |     |
| 924   | – Execução coletiva e execução singular . . . . .                                 | 289 |
| 925   | – Pressupostos da execução coletiva . . . . .                                     | 290 |
| 926   | – Efeitos da declaração de insolvência . . . . .                                  | 292 |
| 927   | – Característica da execução coletiva . . . . .                                   | 293 |
| 928   | – Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil . . . . .             | 294 |
| § 138 | – Primeira Fase do Processo de Insolvência . . . . .                              |     |
| 929   | – Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo . . . . . | 295 |
| 930   | – Caracterização da insolvência . . . . .   | 296 |
| § 139 | – Espécies de Procedimentos Concursais e Iniciativa do Processo . . . . .         |     |
| 931   | – Legitimação . . . . .   | 298 |
| 932   | – Insolvência requerida pelo credor . . . . .                                     | 299 |
| 933   | – Caráter facultativo da ação concursal . . . . .                                 | 300 |
| 934   | – Insolvência de cônjuges . . . . .   | 300 |
| 935   | – Ausência de bens penhoráveis do devedor . . . . .                               | 301 |
| § 140 | – Procedimentos da Execução Coletiva . . . . .                                    |     |

|  |     |
|--|-----|
| 936 – Procedimento da insolvência requerida pelo credor . . . . .      | 302 |
| 937 – Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio . . . . .      | 303 |
| § 141 – Competência para a Execução Concursal                          |     |
| 938 – Competência . . . . .  | 307 |
| § 142 – Sentença Declaratória de Insolvência                           |     |
| 939 – Declaração judicial de insolvência . . . . .                     | 308 |
| § 143 – Administração da Massa   |     |
| 940 – O administrador da massa . . . . .                               | 310 |
| 941 – Atribuições do administrador . . . . .                           | 311 |
| § 144 – Concurso de Credores   |     |
| 942 – Verificação e classificação dos créditos . . . . .               | 313 |
| 943 – Credores retardatários e credores sem título executivo . . . . . | 314 |
| 944 – Quadro geral de credores . . . . .                               | 315 |
| § 145 – Satisfação dos Direitos dos Credores e Finalização do Processo |     |
| 945 – Apuração do ativo e pagamento dos credores . . . . .             | 317 |
| 946 – Encerramento e suspensão do processo . . . . .                   | 318 |
| 947 – Saldo devedor . . . . .  | 319 |
| 948 – Extinção das obrigações . . . . .                                | 319 |
| § 146 – Disposições Gerais   |     |
| 949 – Concordata civil . . . . .                                       | 322 |
| 950 – Pensão para o devedor . . . . .                                  | 322 |
| 951 – Insolvência de pessoas jurídicas . . . . .                       | 323 |
| 951-a – Editais . . . . .  | 323 |

### Parte XIII – CRISES DA EXECUÇÃO E SISTEMA RECURSAL

#### Capítulo XLIII – Suspensão e Extinção do Processo de Execução

|   |     |
|---|-----|
| § 147 – Vicissitudes do Processo Executivo                                    |     |
| 952 – Suspensão da execução . . . . .   | 329 |
| 953 – Casos de suspensão . . . . .  | 330 |
| 954 – Suspensão provocada por embargos . . . . .                              | 330 |
| 955 – Suspensão prevista no art. 265, n <sup>os</sup> I a III . . . . .       | 330 |
| 955-a – Suspensão por transação . . . . .                                     | 331 |
| 956 – Suspensão por inexistência de bens penhoráveis . . . . .                | 331 |
| 957 – Efeitos da suspensão . . . . .  | 332 |
| 958 – Extinção da execução . . . . .  | 332 |
| 959 – Extinção por satisfação do direito do credor . . . . .                  | 332 |
| 960 – Extinção por remissão da dívida . . . . .                               | 333 |
| 961 – Extinção por renúncia . . . . .   | 333 |
| 962 – Outros casos de extinção da execução . . . . .                          | 333 |
| 963 – Sentença de extinção . . . . .  | 334 |
| 964 – Coisa julgada . . . . .   | 334 |
| § 148 – Recursos no Processo de Execução                                      |     |
| 965 – O problema recursal na execução . . . . .                               | 336 |
| 966 – Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes . . . . . | 336 |
| 967 – Casos de cabimento da apelação . . . . .                                | 337 |
| 968 – Casos de agravo de instrumento . . . . .                                | 337 |
| 969 – Efeitos dos recursos . . . . .  | 338 |
| 970 – Causas de alçada . . . . .  | 339 |

## Parte XIV – PROCESSO CAUTELAR

## Capítulo XLIV – Noções Gerais

|  |     |
|--|-----|
| § 149 – Prevenção contra o Perigo de Dano no Curso do Processo   |     |
| 971 – Processo e tempo . . . . .   | 343 |
| 972 – Processo principal e processo cautelar . . . . .   | 344 |
| 973 – A ação cautelar. . . . .   | 345 |
| 974 – Medidas cautelares . . . . .   | 345 |
| 975 – Peculiaridades da atividade cautelar. Instrumentalidade . . . . .  | 346 |
| 976 – Provisoriedade . . . . .   | 347 |
| 977 – Revogabilidade . . . . .   | 348 |
| 978 – Autonomia . . . . .  | 348 |
| 979 – Classificação das medidas cautelares . . . . .   | 349 |
| 980 – Classificação do direito positivo . . . . .  | 350 |
| 981 – Gráfico da classificação das medidas cautelares nominadas previstas no<br>Código de Processo Civil . . . . . | 351 |
| 982 – Medidas cautelares contenciosas e não-contenciosas. . . . .  | 352 |
| 982-a – Medidas cautelares e outras medidas provisórias: tutela cautelar e tutela<br>antecipatória . . . . .       | 352 |
| § 150 – Requisitos Específicos da Tutela Jurisdicional Cautelar  |     |
| 983 – Requisitos da tutela cautelar . . . . .  | 354 |
| 984 – O “fumus boni iuris” . . . . .   | 354 |
| 985 – “Periculum in mora”. . . . .   | 355 |
| 986 – Oportunidade da providência cautelar . . . . .   | 356 |
| 987 – Tutela cautelar “ex officio”. . . . .  | 357 |
| 988 – Caráter incidental da medida cautelar “ex officio” . . . . .   | 358 |
| § 151 – Poder Geral de Cautela   |     |
| 989 – Medidas típicas e medidas atípicas . . . . .   | 359 |
| 990 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica. . . . .  | 360 |
| 991 – Requisitos das medidas cautelares atípicas . . . . .   | 360 |
| 992 – Forma e conteúdo das medidas atípicas . . . . .  | 361 |
| 993 – A discricionariedade do poder geral de cautela e a escolha da medida atípica . . . . .                       | 361 |
| 994 – Opção entre medida típica e medida atípica . . . . .   | 362 |
| 995 – Aplicação prática de medidas atípicas . . . . .  | 363 |
| 996 – Limites do poder geral de cautela . . . . .  | 363 |

## Capítulo XLV – Relação Processual Cautelar

|   |     |
|---|-----|
| § 152 – Elementos Subjetivos do Processo Cautelar             |     |
| 997 – Legitimidade . . . . .                                  | 367 |
| 998 – Competência . . . . .                                   | 368 |
| 999 – Competência e prevenção do juízo . . . . .              | 368 |
| 1.000 – Competência cautelar em grau recursal . . . . .       | 369 |
| 1.000-a – Intervenção de terceiros . . . . .                  | 370 |
| § 153 – Elementos Objetivos do Processo Cautelar              |     |
| 1.001 – Objetos da tutela cautelar . . . . .                  | 372 |
| 1.002 – Provas . . . . .                                      | 372 |
| 1.003 – Instrução do processo cautelar . . . . .              | 373 |
| 1.004 – Autonomia da instrução do processo cautelar . . . . . | 374 |

## Capítulo XLVI – Procedimento

|   |  |
|---|--|
| § 154 – O Procedimento da Ação Cautelar |  |
|---|--|

|  |     |
|--|-----|
| 1.005 – O procedimento da ação cautelar . . . . .                | 375 |
| 1.006 – Procedimentos cautelares . . . . .                       | 376 |
| 1.007 – Autuação própria . . . . .                               | 376 |
| 1.008 – Cumulação de pedidos principais e cautelares. . . . .    | 377 |
| 1.009 – Estabelecimento da relação jurídica processual . . . . . | 378 |

#### § 155 – Petição Inicial da Ação Cautelar

|   |     |
|---|-----|
| 1.010 – Petição inicial . . . . .   | 379 |
| 1.011 – Requisitos da petição inicial: partes e autoridade judiciária . . . . . | 380 |
| 1.012 – Lide e seu fundamento . . . . .   | 380 |
| 1.013 – Exposição sumária do direito ameaçado e o receio de lesão . . . . .     | 381 |
| 1.014 – Provas a produzir . . . . .   | 382 |
| 1.015 – O pedido . . . . .  | 382 |
| 1.016 – Despacho da inicial e citação do requerido . . . . .                    | 383 |

#### § 156 – Resposta do Requerido e Audiência de Instrução e Julgamento

|  |     |
|--|-----|
| 1.017 – A defesa do requerido . . . . .              | 384 |
| 1.018 – Contestação, exceção e reconvenção. . . . .  | 384 |
| 1.019 – Revelia . . . . .                            | 385 |
| 1.020 – Audiência de instrução e julgamento. . . . . | 385 |

#### § 157 – Medida Liminar e Contracautela

|   |     |
|---|-----|
| 1.021 – Medida cautelar “inaudita altera parte” . . . . .     | 387 |
| 1.022 – Comprovação dos requisitos da medida liminar. . . . . | 388 |
| 1.023 – Contracautela . . . . .                               | 389 |

### Capítulo XLVII – Sentença e Execução em Processo Cautelar

#### § 158 – Sentença Cautelar

|   |     |
|---|-----|
| 1.024 – Julgamento da pretensão cautelar. . . . .       | 391 |
| 1.025 – Coisa julgada. . . . .                          | 391 |
| 1.026 – Limites da sentença . . . . .                   | 392 |
| 1.027 – Fundamentação . . . . .                         | 392 |
| 1.028 – Sucumbência e honorários advocatícios . . . . . | 392 |

#### § 159 – Execução das Medidas Cautelares

|  |     |
|--|-----|
| 1.029 – Execução em matéria cautelar . . . . .           | 395 |
| 1.030 – Figura unitária do processo cautelar . . . . .   | 395 |
| 1.031 – Impossibilidade de embargos à execução . . . . . | 396 |
| 1.032 – Prazo para executar a medida cautelar . . . . .  | 396 |

### Capítulo XLVIII – Vicissitudes das Medidas Cautelares

#### § 160 – Fungibilidade

|  |     |
|--|-----|
| 1.033 – Fungibilidade das medidas cautelares . . . . .                                       | 399 |
| 1.034 – A fungibilidade como evidência da verdadeira natureza do processo cautelar . . . . . | 399 |
| 1.035 – Condição de admissibilidade da caução substitutiva . . . . .                         | 400 |
| 1.036 – Procedimento . . . . .   | 400 |

#### § 161 – Eficácia da Medida Cautelar no Tempo

|  |     |
|--|-----|
| 1.037 – Prazo ordinário de duração da medida cautelar . . . . .                    | 402 |
| 1.038 – A medida preparatória e o prazo de ajuizamento da ação principal . . . . . | 402 |
| 1.039 – Inobservância do prazo de ajuizamento da ação principal . . . . .          | 403 |
| 1.040 – Conclusão . . . . .  | 403 |
| 1.041 – Suspensão do processo . . . . .  | 404 |

|   |     |
|---|-----|
| § 162 – Extinção da Medida Cautelar   |     |
| 1.042 – Formas de extinção da medida cautelar . . . . .                     | 405 |
| 1.043 – Processamento da extinção . . . . .                                 | 405 |
| 1.044 – Impossibilidade de renovar a medida que perdeu a eficácia . . . . . | 406 |
| § 163 – Modificação e Revogação da Medida Cautelar                          |     |
| 1.045 – Modificabilidade e revogabilidade . . . . .                         | 407 |
| 1.046 – Procedimento . . . . .  | 408 |
| 1.047 – Revogação de medida cautelar liminar. . . . .                       | 408 |

#### Capítulo XLIX – Recursos no Processo Cautelar

|   |     |
|---|-----|
| § 164 – Remédios Recursais                                  |     |
| 1.048 – Apelação . . . . .                                  | 409 |
| 1.049 – Agravo de instrumento . . . . .                     | 409 |
| 1.050 – Recurso extraordinário e recurso especial . . . . . | 410 |

#### Capítulo L – Responsabilidade Civil Decorrente da Medida Cautelar

|  |     |
|--|-----|
| § 165 – Reparação do Dano Causado pela Medida Cautelar |     |
| 1.051 – Responsabilidade civil do promovente. . . . .  | 411 |
| 1.052 – Liquidação e execução da indenização. . . . .  | 412 |

## Parte XV – MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS OU NOMINADAS

#### Capítulo LI – Procedimentos Cautelares Específicos

|  |     |
|--|-----|
| § 166 – Arresto  |     |
| 1.053 – Conceito . . . . .                                   | 415 |
| 1.054 – Arresto e seqüestro . . . . .                        | 416 |
| 1.055 – Pressupostos para concessão do arresto . . . . .     | 416 |
| 1.056 – Prova de dívida líquida e certa . . . . .            | 416 |
| 1.057 – Fundado receio de dano . . . . .                     | 417 |
| 1.058 – Comprovação dos pressupostos do arresto. . . . .     | 418 |
| 1.059 – Prova documental . . . . .                           | 418 |
| 1.060 – Justificação prévia. . . . .                         | 418 |
| 1.061 – Caução . . . . .                                     | 418 |
| 1.062 – Liquidez e certeza do título do promovente . . . . . | 419 |
| 1.063 – Bens arrestáveis . . . . .                           | 420 |
| 1.064 – Legitimação para a ação de arresto. . . . .          | 420 |
| 1.065 – Competência . . . . .                                | 421 |
| 1.066 – Procedimento . . . . .                               | 421 |
| 1.067 – Execução do arresto . . . . .                        | 422 |
| 1.068 – Depositário. . . . .                                 | 422 |
| 1.069 – Suspensão da execução do arresto . . . . .           | 423 |
| 1.070 – Efeitos do arresto . . . . .                         | 423 |
| 1.071 – Extinção do arresto . . . . .                        | 424 |
| § 167 – Seqüestro  |     |
| 1.072 – Conceito . . . . .                                   | 426 |
| 1.073 – Ação de seqüestro . . . . .                          | 426 |
| 1.074 – Procedimento . . . . .                               | 427 |
| 1.075 – Disciplina comum do arresto e do seqüestro. . . . .  | 427 |
| 1.076 – Cabimento do seqüestro. . . . .                      | 427 |

|   |     |
|---|-----|
| 1.077 – Objeto do seqüestro . . . . .                                       | 428 |
| 1.078 – Requisitos de admissibilidade do seqüestro . . . . .                | 428 |
| 1.079 – Casuismo legal. . . . .   | 429 |
| 1.080 – Receio de rixas e danificações . . . . .                            | 429 |
| 1.081 – Seqüestro de frutos e rendimentos do imóvel reivindicando . . . . . | 431 |
| 1.082 – Seqüestro a propósito de ações matrimoniais . . . . .               | 431 |
| 1.083 – Outras previsões legais de seqüestro . . . . .                      | 431 |
| 1.084 – Execução e efeitos do seqüestro . . . . .                           | 432 |
| § 168 – Caução  |     |
| 1.085 – Conceito . . . . .  | 434 |
| 1.086 – Classificação. . . . .  | 434 |
| 1.087 – Cauções legais . . . . .  | 435 |
| 1.088 – Cauções negociais . . . . .   | 435 |
| 1.089 – Caução processual. . . . .  | 435 |
| 1.090 – A ação de caução . . . . .  | 435 |
| 1.091 – Objeto da caução . . . . .  | 436 |
| 1.092 – Legitimação e competência . . . . .                                 | 437 |
| 1.093 – Procedimento . . . . .  | 437 |
| 1.094 – Cauções tipicamente cautelares . . . . .                            | 438 |
| 1.095 – Execução da sentença . . . . .                                      | 438 |
| 1.096 – Caução às custas . . . . .  | 439 |
| 1.097 – Reforço da caução . . . . .   | 439 |
| § 169 – Busca e Apreensão   |     |
| 1.098 – Conceito . . . . .  | 442 |
| 1.099 – Classificação. . . . .  | 442 |
| 1.100 – Pressupostos . . . . .  | 443 |
| 1.101 – Objeto . . . . .  | 443 |
| 1.102 – Competência . . . . .   | 443 |
| 1.103 – Procedimento . . . . .  | 444 |
| 1.104 – Busca e apreensão em matéria de direitos autorais . . . . .         | 445 |
| § 170 – Exibição  |     |
| 1.105 – Conceito . . . . .  | 447 |
| 1.106 – Ação de exibição . . . . .  | 447 |
| 1.107 – Classificação. . . . .  | 448 |
| 1.108 – Exibição incidental . . . . .                                       | 449 |
| 1.109 – Ação cautelar exibirória. . . . .                                   | 449 |
| 1.110 – Exibição de coisas móveis . . . . .                                 | 450 |
| 1.111 – Exibição de documentos . . . . .                                    | 450 |
| 1.112 – Exibição de escrituração e documentação comercial . . . . .         | 450 |
| 1.113 – Procedimento da ação exibirória contra parte . . . . .              | 451 |
| 1.114 – Procedimento da ação exibirória contra terceiro. . . . .            | 454 |
| 1.115 – Eficácia da exibição . . . . .                                      | 455 |
| 1.116 – Prevenção de competência . . . . .                                  | 455 |
| 1.117 – Ação exibirória e medida liminar. . . . .                           | 455 |
| § 171 – Produção Antecipada de Provas                                       |     |
| 1.118 – Antecipação de prova . . . . .                                      | 458 |
| 1.119 – Ação cautelar antecipatória . . . . .                               | 458 |
| 1.120 – Cabimento . . . . .   | 459 |
| 1.121 – Oportunidade . . . . .  | 460 |
| 1.122 – Objeto da antecipação de prova . . . . .                            | 461 |

|   |     |
|---|-----|
| 1.123 – Competência . . . . .   | 461 |
| 1.124 – Procedimento . . . . .  | 461 |
| 1.125 – Sentença . . . . .  | 462 |
| 1.126 – Valoração da prova antecipada . . . . .                         | 462 |
| 1.127 – Eficácia. . . . .   | 462 |
| 1.128 – Medida “inaudita altera parte” . . . . .                        | 463 |
| 1.129 – Despesas processuais . . . . .                                  | 463 |
| 1.130 – Destino dos autos . . . . .                                     | 463 |
| § 172 – Alimentos Provisionais  |     |
| 1.131 – Alimentos . . . . .   | 465 |
| 1.132 – Alimentos provisionais . . . . .                                | 465 |
| 1.133 – Cabimento e oportunidade . . . . .                              | 466 |
| 1.134 – Legitimação . . . . .   | 467 |
| 1.135 – Competência . . . . .   | 467 |
| 1.136 – Procedimento . . . . .  | 468 |
| 1.137 – Conteúdo dos alimentos provisionais . . . . .                   | 469 |
| 1.138 – Alimentos provisionais fora das relações matrimoniais . . . . . | 469 |
| 1.139 – Outras ações de cunho alimentar . . . . .                       | 470 |
| 1.140 – Duração da prestação provisional de alimentos . . . . .         | 470 |
| 1.141 – Execução . . . . .  | 471 |
| § 173 – Arrolamento de Bens   |     |
| 1.142 – Conceito . . . . .  | 473 |
| 1.143 – Pressupostos . . . . .  | 473 |
| 1.144 – Objetivo da medida . . . . .                                    | 474 |
| 1.145 – Legitimação . . . . .   | 474 |
| 1.146 – Procedimento . . . . .  | 475 |
| 1.147 – O contraditório. . . . .  | 476 |
| 1.148 – Sentença . . . . .  | 476 |
| 1.149 – Eficácia. . . . .   | 476 |
| § 174 – Justificação  |     |
| 1.150 – Conceito . . . . .  | 478 |
| 1.151 – Natureza jurídica . . . . .                                     | 478 |
| 1.152 – Objetivo . . . . .  | 479 |
| 1.153 – Competência . . . . .   | 479 |
| 1.154 – Procedimento . . . . .  | 479 |
| 1.155 – Julgamento da justificação . . . . .                            | 480 |
| § 175 – Protestos, Notificações e Interpelações                         |     |
| 1.156 – Conceito . . . . .  | 482 |
| 1.157 – Protesto. . . . .   | 482 |
| 1.158 – Notificação. . . . .  | 483 |
| 1.159 – Interpelação . . . . .  | 483 |
| 1.160 – Indeferimento do pedido . . . . .                               | 483 |
| 1.161 – Contraprotesto . . . . .  | 485 |
| 1.162 – Procedimento . . . . .  | 485 |
| 1.163 – Encerramento do feito e destino dos autos. . . . .              | 486 |
| § 176 – Homologação do Penhor Legal                                     |     |
| 1.164 – Penhor legal: efetivação e homologação . . . . .                | 488 |
| 1.165 – Natureza jurídica da medida processual . . . . .                | 489 |
| 1.166 – Procedimento . . . . .  | 489 |
| 1.167 – Sentença . . . . .  | 490 |

|  |     |
|--|-----|
| 1.168 – Execução . . . . .                                     | 490 |
| § 177 – Posse em Nome do Nascituro                             |     |
| 1.169 – Conceito . . . . .                                     | 493 |
| 1.170 – Natureza da ação . . . . .                             | 493 |
| 1.171 – Legitimação . . . . .                                  | 494 |
| 1.172 – Procedimento . . . . .                                 | 494 |
| 1.173 – Sentença . . . . .                                     | 495 |
| 1.174 – Efeitos . . . . .                                      | 496 |
| § 178 – Atentado   |     |
| 1.175 – Conceito . . . . .                                     | 498 |
| 1.176 – O atentado no Código de Processo Civil . . . . .       | 498 |
| 1.177 – Cabimento . . . . .                                    | 499 |
| 1.178 – Pressupostos do atentado . . . . .                     | 499 |
| 1.179 – Exame do casuísmo legal . . . . .                      | 500 |
| 1.180 – Legitimidade . . . . .                                 | 501 |
| 1.181 – Competência . . . . .                                  | 501 |
| 1.182 – Procedimento . . . . .                                 | 502 |
| 1.183 – Sentença . . . . .                                     | 502 |
| 1.184 – Execução da sentença e suspensão do processo . . . . . | 503 |
| 1.185 – Perdas e danos . . . . .                               | 504 |
| § 179 – Protesto e Apreensão de Títulos                        |     |
| 1.186 – Protesto cambiário . . . . .                           | 506 |
| 1.187 – Procedimento . . . . .                                 | 507 |
| 1.188 – Registro do protesto . . . . .                         | 507 |
| 1.189 – Dúvidas do Oficial . . . . .                           | 508 |
| 1.190 – Apreensão do título e prisão do devedor . . . . .      | 508 |
| § 180 – Outras Medidas Provisionais                            |     |
| 1.191 – As medidas provisionais do art. 888 do CPC . . . . .   | 512 |
| 1.192 – Procedimento . . . . .                                 | 512 |

## Apêndice – ESTUDOS DO AUTOR SOBRE TEMAS DE PROCESSO DE EXECUÇÃO E PROCESSO CAUTELAR

### 1 Execução forçada. Obrigações de contratar. Compromisso de compra e venda. Adjudicação compulsória

|   |     |
|---|-----|
| 1 – Execução específica das obrigações . . . . .  | 517 |
| 2 – Compromisso de contratar . . . . .  | 519 |
| 3 – O verdadeiro alcance da execução forçada das obrigações de contratar . . . . .                          | 521 |
| 4 – A tentativa jurisprudencial de contornar a restrição à adjudicação compulsória criada pelo STF. . . . . | 523 |
| 5 – Harmonia final entre a lei, a doutrina e a jurisprudência . . . . .                                     | 526 |
| 6 – Conclusões. . . . .   | 528 |

### II – Tutela de urgência

|   |     |
|---|-----|
| 1 – A tutela de urgência e a adequação do sistema processual ao direito material . . . . .                    | 531 |
| 2 – As liminares e a história da antecipação de tutela no direito brasileiro . . . . .                        | 532 |
| 3 – Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade . . . . .  | 533 |
| 4 – A tradicional distinção entre medidas cautelares e medidas antecipatórias no direito brasileiro . . . . . | 535 |
| 5 – A visão unitária da tutela de urgência . . . . .  | 537 |



|  |     |
|--|-----|
| 6 – A fungibilidade reconhecida entre medidas cautelares e medidas antecipatórias pela Lei nº 10.444, de 07.05.2002. . . . . | 539 |
| 7 – Conclusões. . . . .  | 541 |

### III – Poder geral de cautela

|   |     |
|---|-----|
| 1 – Processo e tempo . . . . .                                | 543 |
| 2 – Processo principal e processo cautelar. . . . .           | 544 |
| 3 – Pressupostos das medidas cautelares. . . . .              | 545 |
| 4 – Conceito de medida cautelar . . . . .                     | 545 |
| 5 – Medidas típicas e medidas atípicas. . . . .               | 546 |
| 6 – Poder discricionário na tutela cautelar genérica. . . . . | 547 |
| 7 – Requisitos das medidas cautelares atípicas . . . . .      | 548 |
| 8 – O perigo de dano . . . . .                                | 548 |
| 9 – Formas e conteúdos das medidas atípicas . . . . .         | 548 |
| 10 – Limitações do poder cautelar. . . . .                    | 550 |
| 11 – O procedimento da ação cautelar atípica . . . . .        | 554 |
| 12 – Conclusão. . . . .                                       | 554 |

### IV – Tutela antecipada

|   |     |
|---|-----|
| 1 – Intróito . . . . .  | 557 |
| 2 – A reforma do Código de Processo Civil brasileiro e a antecipação de tutela . . . . .                              | 559 |
| 3 – Justificação da tutela antecipada . . . . .   | 560 |
| 4 – Conceito de tutela antecipada . . . . .   | 561 |
| 5 – Compatibilização da tutela antecipada com os direitos fundamentais . . . . .                                      | 563 |
| 6 – Casos de antecipação de tutela . . . . .  | 564 |
| 7 – Extensão . . . . .  | 565 |
| 8 – Pressupostos . . . . .  | 566 |
| 9 – Outros pressupostos . . . . .   | 567 |
| 10 – Momento ou oportunidade . . . . .  | 567 |
| 11 – Provisoriedade. . . . .  | 568 |
| 12 – Reversibilidade . . . . .  | 569 |
| 13 – Pessoas jurídicas de direito público . . . . .   | 570 |
| 14 – Tutela cautelar e tutela antecipada . . . . .  | 570 |
| 15 – O abuso do direito de defesa como elemento diferenciador entre a tutela cautelar e a tutela antecipada . . . . . | 572 |
| 16 – Conclusões. . . . .  | 572 |

### V – Antecipação de tutela em ações declaratórias e constitutivas

|   |     |
|---|-----|
| 1 – Noção de antecipação de tutela . . . . .  | 575 |
| 2 – Requisitos da tutela antecipada . . . . .   | 576 |
| 3 – Natureza das providências antecipatórias . . . . .                                | 576 |
| 4 – A antecipação de tutela e as diversas modalidades de sentença de mérito . . . . . | 578 |
| 5 – Conclusão . . . . .   | 584 |

### VI – Execuções das medidas cautelares e antecipatórias

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 1 – Jurisdição e execução. . . . . | 585 |
|------------------------------------|-----|

|   |     |
|---|-----|
| 2 – Processo de conhecimento e processo de execução . . . . .           | 586 |
| 3 – Medidas cautelares . . . . .  | 587 |
| 4 – Execução das medidas cautelares . . . . .                           | 588 |
| 5 – Caráter mandamental da decisão que ordena medida cautelar . . . . . | 589 |
| 6 – Tutela antecipatória . . . . .                                      | 592 |
| 7 – Execução das medidas de antecipação de tutela . . . . .             | 593 |

#### VII – Tutela de emergência – antecipação de tutela e medidas cautelares

|  |     |
|--|-----|
| 1 – Intróito . . . . .   | 595 |
| 2 – Pressupostos da tutela cautelar e da antecipação de tutela . . . . .   | 597 |
| 3 – Inconveniência da radicalização na separação dos casos de tutela cautelar dos de antecipação de tutela . . . . . | 600 |
| 4 – Conclusões . . . . .   | 602 |

#### VIII – Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela

|   |     |
|---|-----|
| 1 – Fontes da responsabilidade civil . . . . .                                      | 603 |
| 2 – A responsabilidade civil no Código de Processo Civil . . . . .                  | 605 |
| 3 – A responsabilidade civil na execução de medidas judiciais provisórias . . . . . | 608 |
| 4 – Dos danos indenizáveis e sua execução . . . . .                                 | 611 |
| 5 – Conclusões . . . . .  | 613 |

|  |     |
|--|-----|
| <i>Bibliografia</i> . . . . .                  | 615 |
| <i>Índice Onomástico</i> . . . . .             | 623 |
| <i>Índice Alfabético de Assuntos</i> . . . . . | 627 |
| <i>Índice dos Fluxogramas</i> . . . . .        | 657 |

# ÍNDICE DA MATÉRIA

Sumário ..... V

## Procedimentos Especiais

### Parte XVI – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

#### Capítulo LII – Procedimentos Especiais

|       |  |   |
|-------|--|---|
| § 181 | – Generalidades                            |   |
| 1.193 | – Conceito                                 | 3 |
| 1.194 | – Razão de ser dos procedimentos especiais | 4 |
| 1.195 | – Técnicas de especialização procedimental | 5 |
| 1.196 | – Complementação das regras procedimentais | 6 |
| 1.197 | – Pressupostos dos procedimentos especiais | 7 |
| 1.198 | – Erro na adoção do procedimento           | 7 |

#### Capítulo LIII – Ação de Consignação em Pagamento

|       |  |    |
|-------|--|----|
| § 182 | – Os Fundamentos do Depósito em Consignação                                |    |
| 1.199 | – O direito de pagar   | 11 |
| 1.200 | – A liberação natural e a liberação forçada do devedor                     | 12 |
| 1.201 | – A ação de consignação em pagamento                                       | 12 |
| 1.202 | – Histórico da consignação em pagamento                                    | 13 |
| § 183 | – O Procedimento da Consignação em Pagamento                               |    |
| 1.203 | – Natureza do instituto da consignação                                     | 14 |
| 1.204 | – Natureza processual da ação de consignação                               | 15 |
| 1.205 | – Prestações passíveis de consignação                                      | 16 |
| 1.206 | – Cabimento da consignação   | 16 |
| 1.207 | – Liquidez da prestação devida   | 17 |
| 1.208 | – Consignação principal e incidental                                       | 20 |
| 1.209 | – Legitimação <i>ad causam</i>   | 21 |
| 1.210 | – Competência  | 23 |
| 1.211 | – Consignação no local em que se acha a coisa devida                       | 24 |
| 1.212 | – Oportunidade da consignatória  | 25 |
| 1.213 | – Objeto da consignação  | 27 |
| 1.214 | – Obrigação de prestações periódicas                                       | 28 |
| 1.215 | – Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas | 29 |
| 1.216 | – Quebra da seqüência de depósitos periódicos                              | 30 |
| 1.217 | – O procedimento especial da consignatória                                 | 30 |
| 1.218 | – Obrigações alternativas  | 32 |
| 1.219 | – Valor da causa   | 32 |
| 1.220 | – Resposta do demandado  | 33 |

|          |  |    |
|----------|--|----|
| 1.221    | – Comparecimento do credor para receber . . . . .                          | 33 |
| 1.222    | – Não-comparecimento e revelia do demandado . . . . .                      | 34 |
| 1.223    | – Levantamento do depósito pelo devedor . . . . .                          | 35 |
| 1.224    | – Contestação . . . . .  | 36 |
| 1.225    | – Matéria de defesa . . . . .  | 36 |
| 1.226    | – Complementação do depósito insuficiente . . . . .                        | 37 |
| 1.227    | – Sentença . . . . .   | 39 |
| 1.228    | – Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito . . . . . | 39 |
| 1.229    | – Particularidades da consignação por dúvida . . . . .                     | 40 |
| 1.230    | – A posição dos possíveis credores . . . . .                               | 41 |
| 1.231    | – Resgate da enfiteuse . . . . .   | 42 |
| 1.231-a. | – A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios . . . . .         | 43 |
| 1.231-b. | – A consignação de obrigação em dinheiro . . . . .                         | 45 |
| 1.231-c. | – Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada . . . . .     | 46 |

#### Capítulo LIV – Ação de Depósito

|       |  |    |
|-------|--|----|
| § 184 | – O Depósito e sua Tutela Judicial . . . . . |    |
| 1.232 | – Conceito e espécies de depósito . . . . .  | 49 |
| 1.233 | – Ação de depósito . . . . .                 | 50 |
| 1.234 | – Histórico . . . . .                        | 51 |
| 1.235 | – Natureza da ação . . . . .                 | 51 |
| 1.236 | – Objeto da pretensão . . . . .              | 52 |

|       |  |    |
|-------|--|----|
| § 185 | – O Procedimento da Ação de Depósito . . . . .   |    |
| 1.237 | – Pressupostos da ação . . . . .                 | 54 |
| 1.238 | – Legitimação . . . . .                          | 55 |
| 1.239 | – Competência . . . . .                          | 56 |
| 1.240 | – Especialidade do procedimento . . . . .        | 56 |
| 1.241 | – Caráter expedito do procedimento . . . . .     | 57 |
| 1.242 | – Prisão civil . . . . .                         | 57 |
| 1.243 | – Resposta do demandado . . . . .                | 59 |
| 1.244 | – Entrega da coisa . . . . .                     | 59 |
| 1.245 | – Consignação do equivalente econômico . . . . . | 60 |
| 1.246 | – Consignação da própria coisa . . . . .         | 60 |
| 1.247 | – Contestação . . . . .                          | 61 |
| 1.248 | – Sentença e execução . . . . .                  | 62 |
| 1.249 | – Outras providências executivas . . . . .       | 63 |
| 1.250 | – Depositário judicial . . . . .                 | 63 |
| 1.251 | – Penhor mercantil, industrial e rural . . . . . | 65 |
| 1.252 | – Alienação fiduciária em garantia . . . . .     | 67 |

#### Capítulo LV – Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador

|       |   |    |
|-------|---|----|
| § 186 | – Títulos ao Portador . . . . .                     |    |
| 1.253 | – Tutela processual do título ao portador . . . . . | 69 |
| 1.254 | – Títulos ao portador tuteláveis . . . . .          | 69 |

|       |  |    |
|-------|--|----|
| § 187 | – Procedimentos Destinados à Tutela dos Títulos ao Portador . . . . .  |    |
| 1.255 | – Procedimentos especiais referentes aos títulos ao portador . . . . . | 71 |
| 1.256 | – Ação de reivindicação . . . . .                                      | 71 |
| 1.257 | – Ação de anulação e substituição . . . . .                            | 73 |
| 1.258 | – Legitimação . . . . .  | 73 |
| 1.259 | – Competência . . . . .  | 73 |
| 1.260 | – Especialidade do procedimento (petição inicial e citações) . . . . . | 74 |

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1.261 | – Justificação liminar . . . . .            | 75 |
| 1.262 | – Contestação . . . . .                     | 76 |
| 1.263 | – Posição processual do devedor . . . . .   | 76 |
| 1.264 | – Sentença . . . . .                        | 77 |
| 1.265 | – Ordem de substituição do título . . . . . | 78 |
| 1.266 | – Destruição do título . . . . .            | 79 |

#### Capítulo LVI – Ação de Prestação de Contas

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 188 | – Generalidades   |     |
| 1.267 | – Conceito . . . . .  | 85  |
| 1.268 | – Ação de dar e ação de exigir contas . . . . .               | 86  |
| 1.269 | – Natureza jurídica . . . . .                                 | 86  |
| 1.270 | – Cabimento . . . . .   | 87  |
| 1.271 | – Legitimação e interesse . . . . .                           | 89  |
| 1.272 | – Prestação de contas dos administradores judiciais . . . . . | 90  |
| 1.273 | – Sociedade e prestação de contas . . . . .                   | 91  |
| 1.274 | – Ações matrimoniais e prestação de contas . . . . .          | 92  |
| 1.275 | – Prestação de contas entre condôminos . . . . .              | 93  |
| 1.276 | – Organização das contas . . . . .                            | 93  |
| 1.277 | – Prova das contas . . . . .                                  | 93  |
| § 189 | – Ação de Exigir Contas                                       |     |
| 1.278 | – Ação de exigir contas . . . . .                             | 95  |
| 1.279 | – Procedimento da primeira fase . . . . .                     | 95  |
| 1.280 | – Reconvênção . . . . .                                       | 96  |
| 1.281 | – Sentença da primeira fase . . . . .                         | 97  |
| 1.282 | – Procedimento da segunda fase . . . . .                      | 97  |
| 1.283 | – Contas elaboradas pelo autor . . . . .                      | 98  |
| 1.284 | – Sucumbência . . . . .                                       | 99  |
| § 190 | – Ação de Dar Contas  |     |
| 1.285 | – Caráter unitário do procedimento . . . . .                  | 101 |
| 1.286 | – Procedimento . . . . .                                      | 101 |
| 1.287 | – Sucumbência . . . . .                                       | 103 |
| § 191 | – Execução Forçada no Procedimento da Prestação de Contas     |     |
| 1.288 | – Sentença e execução . . . . .                               | 104 |

#### Capítulo LVII – Ações Possessórias

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 192 | – Generalidades  |     |
| 1.289 | – A posse e seus efeitos . . . . .   | 107 |
| 1.290 | – A razão da tutela possessória . . . . .                                  | 108 |
| 1.291 | – O instituto da posse e a paz social . . . . .                            | 109 |
| 1.292 | – O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório) . . . . . | 111 |
| 1.293 | – Natureza jurídica da posse . . . . .                                     | 112 |
| 1.294 | – Requisitos da tutela possessória . . . . .                               | 115 |
| § 193 | – Os Interditos Possessórios de Manutenção, Reintegração e Proibição       |     |
| 1.295 | – Origem dos interditos possessórios . . . . .                             | 119 |
| 1.296 | – As ações possessórias . . . . .  | 120 |
| 1.297 | – Competência . . . . .  | 121 |
| 1.298 | – Legitimação ativa . . . . .  | 121 |

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| 1.299   | – Legitimação passiva. . . . .   | 122 |
| 1.299-a | – Petição inicial. . . . .   | 122 |
| 1.300   | – Procedimento: as ações de força nova e força velha. . . . .  | 123 |
| 1.301   | – Medida liminar. . . . .  | 123 |
| 1.302   | – A decisão sobre a liminar. . . . .   | 124 |
| 1.303   | – Posse de coisas e posse de direitos. . . . .   | 125 |
| 1.304   | – O petitório e o possessório. . . . .   | 127 |
| 1.305   | – A exceção de propriedade no juízo possessório. . . . .   | 130 |
| 1.306   | – Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i><br>no direito luso-brasileiro. . . . . | 131 |
| 1.307   | – Natureza dúplice das ações possessórias. . . . .   | 133 |
| 1.308   | – Natureza real das ações possessórias. . . . .  | 134 |
| 1.309   | – Natureza executiva do procedimento interdital. . . . .   | 135 |
| 1.310   | – Cumulação de pedidos. . . . .  | 137 |
| 1.311   | – Interdito proibitório. . . . .   | 138 |
| § 194   | – Alguns Incidentes Registráveis nos Interditos  |     |
| 1.312   | – Embargos de terceiro. . . . .  | 140 |
| 1.313   | – Medida liminar e mandado de segurança. . . . .   | 141 |
| 1.314   | – Embargos de retenção. . . . .  | 142 |
| 1.315   | – Nomeação à autoria e denunciação da lide. . . . .  | 142 |

#### Capítulo LVIII – Ação de Nunciação de Obra Nova

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 195 | – Generalidades   |     |
| 1.316 | – O direito de vizinhança e o direito de construir. . . . . | 147 |
| 1.317 | – Nunciação de obra nova. . . . .                           | 148 |
| 1.318 | – Conceito de obra nova. . . . .                            | 150 |
| § 196 | – Procedimento da Nunciação de Obra Nova                    |     |
| 1.319 | – Competência. . . . .                                      | 151 |
| 1.320 | – Legitimação ativa. . . . .                                | 151 |
| 1.321 | – Legitimação passiva. . . . .                              | 153 |
| 1.322 | – Participação do cônjuge. . . . .                          | 153 |
| 1.323 | – Embargo extrajudicial. . . . .                            | 153 |
| 1.324 | – Cumulação de pedidos. . . . .                             | 154 |
| 1.325 | – Embargo liminar. . . . .                                  | 155 |
| 1.326 | – Prosseguimento da obra. . . . .                           | 156 |
| 1.327 | – Especialização do rito da nunciação de obra nova. . . . . | 157 |
| 1.328 | – Sentença e execução. . . . .                              | 158 |

#### Capítulo LIX – Ação de Usucapião de Terras Particulares

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 197 | – Noções Gerais sobre a Prescrição Aquisitiva                      |     |
| 1.329 | – Noção de usucapião. . . . .                                      | 161 |
| 1.330 | – Espécies de usucapião imobiliário no direito brasileiro. . . . . | 161 |
| 1.331 | – Requisitos gerais do usucapião. . . . .                          | 162 |
| 1.332 | – Requisitos do usucapião ordinário. . . . .                       | 167 |
| 1.333 | – Requisitos do usucapião extraordinário. . . . .                  | 169 |
| 1.334 | – Requisitos do usucapião especial. . . . .                        | 171 |
| § 198 | – Condições de Procedibilidade                                     |     |
| 1.335 | – Legitimação ativa. . . . .                                       | 173 |
| 1.336 | – Legitimação passiva. . . . .                                     | 175 |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 1.337 | – Competência .....                      | 177 |
| 1.338 | – Conexão e litispendência .....         | 177 |
| § 199 | – Procedimento                           |     |
| 1.339 | – Procedimento .....                     | 179 |
| 1.340 | – Petição inicial .....                  | 179 |
| 1.341 | – Citação .....                          | 181 |
| 1.342 | – Justificação preliminar .....          | 181 |
| 1.343 | – Contestação .....                      | 182 |
| 1.344 | – Revelia .....                          | 183 |
| 1.345 | – Pendência de possessória .....         | 184 |
| 1.346 | – Ministério Público .....               | 184 |
| 1.347 | – Instrução e julgamento .....           | 185 |
| 1.348 | – Sentença .....                         | 185 |
| 1.349 | – Coisa julgada .....                    | 186 |
| 1.350 | – Registro de imóveis .....              | 187 |
| 1.351 | – Usucapião como matéria de defesa ..... | 188 |

#### Capítulo LX – Ação de Divisão e Demarcação de Terras Particulares

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 200 | – Disciplina Geral do Procedimento Divisório e Demarcatório (Juízo Divisório) |     |
| 1.352 | – Intróito .....  | 191 |
| 1.353 | – Noções gerais .....   | 191 |
| 1.354 | – As ações divisórias .....   | 192 |
| 1.355 | – Objetivo do procedimento demarcatório e divisório .....                     | 192 |
| 1.356 | – Caráter unitário do procedimento .....                                      | 193 |
| 1.357 | – Procedimento .....  | 194 |
| 1.358 | – Citação única .....   | 194 |
| 1.359 | – Natureza da ação .....  | 195 |
| 1.360 | – Competência .....   | 196 |
| 1.361 | – Competência em caso de cumulação de divisão e demarcação .....              | 197 |
| 1.362 | – Competência em caso de ações propostas separadamente .....                  | 197 |
| § 201 | – Ação de Demarcação  |     |
| 1.363 | – Legitimação ativa para o procedimento demarcatório .....                    | 199 |
| 1.364 | – Legitimação passiva para a demarcação .....                                 | 200 |
| 1.365 | – Cumulação de demarcatória e reivindicatória .....                           | 201 |
| 1.366 | – Demarcatória cumulada com queixa de esbulho .....                           | 202 |
| 1.367 | – Roteiro geral do procedimento demarcatório .....                            | 203 |
| § 202 | – Ação de Divisão   |     |
| 1.368 | – Legitimação ativa para o procedimento divisório .....                       | 206 |
| 1.369 | – Legitimação passiva para a divisão .....                                    | 208 |
| 1.370 | – Litisconsórcio passivo necessário .....                                     | 209 |
| 1.371 | – Posição dos confrontantes na divisão .....                                  | 210 |
| 1.372 | – Roteiro geral do procedimento divisório .....                               | 211 |
| § 203 | – Questões Comuns à Divisão e Demarcação                                      |     |
| 1.373 | – Divisão e demarcação de posse .....   | 213 |
| 1.374 | – Questões possessórias .....   | 214 |
| 1.375 | – Coisa julgada .....   | 214 |
| 1.376 | – Rescisão do julgado divisório .....   | 216 |
| 1.377 | – Exceção de prescrição .....   | 217 |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 1.378 | – Divisão e demarcação sumaríssimas (jurisdição voluntária) . . . . . | 218 |
| 1.379 | – Formalidades importantes no juízo divisório. . . . .                | 219 |
| 1.380 | – Inépcia da petição inicial . . . . .                                | 219 |
| 1.381 | – Execução de sentença . . . . .                                      | 220 |

## Capítulo LXI – Inventário e Partilha

|         |  |     |
|---------|--|-----|
| § 204   | – Disposições Gerais   |     |
| 1.382   | – Intróito . . . . .   | 227 |
| 1.383   | – Caráter contencioso do inventário . . . . .                | 228 |
| 1.384   | – Inventário negativo . . . . .                              | 228 |
| 1.385   | – Competência . . . . .                                      | 229 |
| 1.386   | – Universalidade do foro sucessório. . . . .                 | 230 |
| 1.387   | – Questões solucionáveis no juízo sucessório . . . . .       | 230 |
| 1.388   | – Administração da herança . . . . .                         | 231 |
| 1.389   | – O inventariante. . . . .                                   | 232 |
| 1.390   | – Encargos do inventariante . . . . .                        | 233 |
| 1.391   | – Remoção do inventariante . . . . .                         | 234 |
| 1.392   | – Legitimação para promover o inventário. . . . .            | 236 |
| § 205   | – Inventário   |     |
| 1.393   | – Procedimento . . . . .                                     | 237 |
| 1.394   | – Petição inicial. . . . .                                   | 237 |
| 1.395   | – Primeiras declarações. . . . .                             | 237 |
| 1.396   | – Citações e interveniências . . . . .                       | 238 |
| 1.397   | – Impugnação dos citados. . . . .                            | 239 |
| 1.398   | – Herdeiro omitido nas declarações do inventariante. . . . . | 240 |
| 1.399   | – Avaliação . . . . .  | 241 |
| 1.400   | – Últimas declarações . . . . .                              | 242 |
| 1.401   | – Cálculo do imposto <i>causa mortis</i> . . . . .           | 242 |
| 1.402   | – Colações. . . . .  | 243 |
| 1.403   | – Sonegados . . . . .  | 244 |
| 1.404   | – Pagamento de dívidas do morto. . . . .                     | 245 |
| § 206   | – Partilha   |     |
| 1.405   | – Espécies de partilha . . . . .                             | 247 |
| 1.406   | – Partilha judicial. Deliberação. . . . .                    | 247 |
| 1.407   | – Esboço e lançamento da partilha . . . . .                  | 249 |
| 1.408   | – A sentença da partilha . . . . .                           | 250 |
| 1.409   | – O formal de partilha. . . . .                              | 251 |
| 1.410   | – Emenda ou retificação da partilha . . . . .                | 251 |
| 1.411   | – Pacto de não partilhar. . . . .                            | 252 |
| § 207   | – Invalidação da Partilha                                    |     |
| 1.412   | – Ação de anulação e ação rescisória de partilha . . . . .   | 255 |
| 1.413   | – Conceituação de partilha judicial. . . . .                 | 255 |
| 1.414   | – Conceituação de partilha amigável . . . . .                | 258 |
| 1.415   | – Casuismo da rescisória de partilha. . . . .                | 258 |
| 1.416   | – Ação de nulidade de partilha . . . . .                     | 259 |
| 1.416-a | – Ação de petição de herança . . . . .                       | 261 |
| § 208   | – Arrolamento  |     |
| 1.417   | – Simplificação do inventário. . . . .                       | 262 |



|         |   |     |
|---------|---|-----|
| 1.418   | - Arrolamento sumário do art. 1.031 .....             | 262 |
| 1.419   | - Arrolamento comum do art. 1.036 .....               | 264 |
| 1.419-a | - Lei nº 6.858, de 24.11.80 .....                     | 265 |
| § 209   | - Disposições Comuns                                  |     |
| 1.420   | - Medidas cautelares .....                            | 266 |
| 1.421   | - Sobrepartilha .....                                 | 267 |
| 1.422   | - Curatela especial ao herdeiro .....                 | 267 |
| 1.423   | - Inventários cumulados .....                         | 268 |
| 1.424   | - Honorários de advogado .....                        | 268 |
| 1.425   | - Extinção do processo por paralisação da causa ..... | 269 |
| 1.426   | - Assistência judiciária .....                        | 269 |
| 1.427   | - Terceiros prejudicados .....                        | 270 |

### Capítulo LXII – Embargos de Terceiro

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 210 | - Generalidades   |     |
| 1.428 | - Conceito .....  | 277 |
| 1.429 | - Natureza jurídica .....                                 | 278 |
| 1.430 | - Requisitos .....  | 279 |
| 1.431 | - Ato judicial atacável .....                             | 280 |
| 1.432 | - Penhora de bem alienado em fraude contra credores ..... | 281 |
| 1.433 | - Casos especiais .....                                   | 282 |
| 1.434 | - Embargos a atos do juízo divisório .....                | 282 |
| 1.435 | - Embargos do credor com garantia real .....              | 283 |
| § 211 | - Procedimento  |     |
| 1.436 | - Legitimação ativa .....                                 | 285 |
| 1.437 | - Legitimação passiva .....                               | 288 |
| 1.438 | - Oportunidade .....                                      | 289 |
| 1.439 | - Competência .....                                       | 290 |
| 1.440 | - Procedimento .....                                      | 290 |
| 1.441 | - Sentença .....  | 292 |

### Capítulo LXIII – Habilitação

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 212 | - Procedimento da Substituição da Parte Falecida           |     |
| 1.442 | - Conceito .....   | 295 |
| 1.443 | - Legitimidade para requerer a habilitação .....           | 296 |
| 1.444 | - Competência .....  | 296 |
| 1.445 | - Procedimento .....                                       | 296 |
| 1.446 | - Ação de habilitação .....                                | 297 |
| 1.447 | - Habilitação do adquirente e do cessionário .....         | 297 |
| 1.448 | - Efeito do deferimento da habilitação .....               | 298 |
| 1.449 | - Habilitação direta nos autos do processo principal ..... | 298 |

### Capítulo LXIV – Restauração de Autos

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 213 | - Procedimento para Recuperar Autos Desaparecidos |     |
| 1.450 | - Conceito .....                                  | 303 |
| 1.451 | - Objetivo do procedimento .....                  | 304 |
| 1.452 | - Legitimidade .....                              | 304 |
| 1.453 | - Competência .....                               | 304 |
| 1.454 | - Procedimento .....                              | 305 |
| 1.455 | - Julgamento da restauração .....                 | 305 |
| 1.456 | - Autos extraviados no tribunal .....             | 306 |

|   |   |     |
|---|---|-----|
| 1.457   | – Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos . . . . .       | 306 |
| <b>Capítulo LXV – Vendas a Crédito com Reserva de Domínio</b> |   |     |
| § 214   | – Procedimentos Relativos ao Pacto de Reserva de Domínio                    |     |
| 1.458   | – Conceito . . . . .  | 309 |
| 1.459   | – Procedimento da execução do preço . . . . .                               | 309 |
| 1.460   | – Procedimento da recuperação da própria coisa . . . . .                    | 310 |
| <b>Capítulo LXVI – O Juízo Arbitral</b>                       |   |     |
| § 215   | – Procedimento da Arbitragem  |     |
| 1.461   | – O juízo arbitral no direito brasileiro. . . . .                           | 315 |
| 1.462   | – Disposições gerais . . . . .  | 316 |
| 1.463   | – Convenção de arbitragem . . . . .   | 317 |
| 1.464   | – Cláusula compromissória. . . . .  | 317 |
| 1.465   | – Requisitos da cláusula compromissória. . . . .                            | 318 |
| 1.466   | – Execução da cláusula compromissória . . . . .                             | 318 |
| 1.466-a   | – Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”. . . . .                              | 319 |
| 1.466-b   | – Direito intertemporal . . . . .   | 321 |
| 1.467   | – Autonomia da cláusula compromissória . . . . .                            | 322 |
| 1.468   | – Compromisso arbitral . . . . .  | 322 |
| 1.469   | – Extinção do compromisso arbitral . . . . .                                | 323 |
| 1.470   | – Os árbitros . . . . .   | 324 |
| 1.471   | – O procedimento . . . . .  | 324 |
| 1.472   | – Medidas cautelares. . . . .   | 325 |
| 1.472-a   | – Sentença arbitral . . . . .   | 326 |
| 1.472-b   | – Requisitos da sentença arbitral . . . . .                                 | 326 |
| 1.472-c   | – Recursos . . . . .  | 327 |
| 1.472-d   | – Nulidade da sentença arbitral . . . . .                                   | 327 |
| 1.472-e   | – Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras . . . . .   | 328 |
| 1.472-f   | – Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro . . . . .             | 330 |
| <b>Capítulo LXVII – Ação Monitória</b>                        |   |     |
| § 216   | – Noção Geral do Procedimento Monitório                                     |     |
| 1.473   | – Intróito . . . . .  | 333 |
| 1.474   | – Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo . . . . . | 333 |
| 1.475   | – Em que consiste o procedimento monitorio . . . . .                        | 334 |
| § 217   | – A Ação Monitória no Código de Processo Civil Brasileiro                   |     |
| 1.476   | – Condições de admissibilidade da ação monitoria . . . . .                  | 337 |
| 1.477   | – O procedimento monitorio brasileiro. . . . .                              | 337 |
| 1.478   | – Objeto. . . . .   | 339 |
| 1.479   | – Legitimidade ativa . . . . .  | 339 |
| 1.480   | – Legitimidade passiva . . . . .  | 340 |
| 1.481   | – Prova . . . . .   | 341 |
| 1.482   | – Procedimento . . . . .  | 343 |
| 1.483   | – Embargos à ação monitoria . . . . .                                       | 345 |
| 1.484   | – Coisa julgada . . . . .   | 346 |

**Parte XVII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS  
DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

**Capítulo LXVIII – Jurisdição Voluntária**

|       |                 |  |
|-------|-----------------|--|
| § 218 | – Generalidades |  |
|-------|-----------------|--|

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 1.485 | – Intróito .....   | 351 |
| 1.486 | – Iniciativa do procedimento e participação dos interessados ..... | 352 |
| 1.487 | – A função do juiz .....   | 353 |
| 1.488 | – Procedimentos .....  | 353 |

**Capítulo LXIX – Alienações Judiciais**

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 219 | – Procedimento das Alienações Judiciais   |     |
| 1.489 | – Alienações judiciais .....  | 357 |
| 1.490 | – Alienações cautelares .....   | 357 |
| 1.491 | – Iniciativa da medida .....  | 358 |
| 1.492 | – Casos de alienação judicial expressos em lei .....                              | 358 |
| 1.493 | – Leilão .....  | 358 |
| 1.494 | – Avaliação prévia .....  | 359 |
| 1.495 | – Publicidade .....   | 360 |
| 1.496 | – Arrematação .....   | 360 |
| 1.497 | – Destino do produto da alienação .....   | 360 |
| 1.498 | – Custódia do produto .....   | 361 |
| 1.499 | – Outros bens alienáveis judicialmente .....                                      | 361 |
| 1.500 | – Bens indivisíveis em inventário e partilha .....                                | 361 |
| 1.501 | – Bens de órfãos .....  | 362 |
| 1.502 | – Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio ..... | 362 |
| 1.503 | – Alienação irregular do bem comum indivisível .....                              | 364 |
| 1.504 | – Procedimento especial da adjudicação .....                                      | 364 |

**Capítulo LXX – Separação Consensual**

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 220 | – Procedimento da Separação Consensual            |     |
| 1.505 | – Noções introdutórias .....                      | 369 |
| 1.506 | – Natureza jurídica .....                         | 369 |
| 1.507 | – Requisitos .....                                | 370 |
| 1.508 | – Legitimação .....                               | 370 |
| 1.509 | – Competência .....                               | 370 |
| 1.510 | – Petição inicial .....                           | 370 |
| 1.511 | – Procedimento .....                              | 372 |
| 1.512 | – Sentença de homologação .....                   | 373 |
| 1.513 | – Reconciliação do casal .....                    | 373 |
| 1.514 | – Revisão e rescisão do acordo de separação ..... | 374 |

**Capítulo LXXI – Testamentos e Codicilos**

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 221 | – Procedimento da Apresentação dos Testamentos em Juízo |     |
| 1.515 | – Objetivo do procedimento .....                        | 377 |
| 1.516 | – Competência .....                                     | 378 |
| 1.517 | – Procedimento .....                                    | 378 |
| 1.518 | – Sentença .....  | 379 |
| 1.519 | – Efeitos .....   | 379 |
| 1.520 | – Busca e apreensão .....                               | 379 |
| 1.521 | – Testamento público .....                              | 379 |
| 1.522 | – Testamento particular .....                           | 380 |
| 1.523 | – Procedimento .....                                    | 381 |
| 1.524 | – Testamentos marítimo e militar e codicilo .....       | 382 |
| 1.525 | – Testamenteiro .....                                   | 382 |

**Capítulo LXXII – Herança Jacente**

|       |  |  |
|-------|--|--|
| § 222 | – Procedimento da Arrecadação de Herança Jacente |  |
|-------|--|--|

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 1.526 | – Conceito moderno de jacência da herança. . . . . | 385 |
| 1.527 | – Competência . . . . .                            | 386 |
| 1.528 | – Legitimação . . . . .                            | 386 |
| 1.529 | – Procedimento . . . . .                           | 386 |
| 1.530 | – A administração da herança jacente. . . . .      | 387 |
| 1.531 | – Habilitação . . . . .                            | 388 |
| 1.532 | – Declaração de vacância . . . . .                 | 388 |

### Capítulo LXXIII – Bens de Ausente

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 223 | – Procedimento da Arrecadação de Bens de Ausente           |     |
| 1.533 | – Ausência. . . . .  | 391 |
| 1.534 | – Pressupostos. . . . .                                    | 391 |
| 1.535 | – Competência . . . . .                                    | 391 |
| 1.536 | – Fases do procedimento. . . . .                           | 392 |
| 1.537 | – Procedimento da primeira fase. . . . .                   | 392 |
| 1.538 | – Procedimento da sucessão provisória . . . . .            | 392 |
| 1.539 | – Conversão da sucessão provisória em definitiva . . . . . | 393 |

### Capítulo LXXIV – Coisas Vagas

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 224 | – Procedimento da Arrecadação das Coisas Vagas |     |
| 1.540 | – Conceito. . . . .                            | 397 |
| 1.541 | – Legitimação . . . . .                        | 397 |
| 1.542 | – Competência . . . . .                        | 397 |
| 1.543 | – Cabimento . . . . .                          | 398 |
| 1.544 | – Procedimento . . . . .                       | 398 |

### Capítulo LXXV – Curatela dos Interditos e Tutela dos Órfãos

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 225 | – Procedimento da Interdição e da Tutela                     |     |
| 1.545 | – Natureza jurídica da interdição . . . . .                  | 401 |
| 1.546 | – Legitimado passivo . . . . .                               | 401 |
| 1.547 | – Competência . . . . .                                      | 402 |
| 1.548 | – Legitimidade para promover a interdição . . . . .          | 402 |
| 1.549 | – Petição inicial. . . . .                                   | 403 |
| 1.550 | – Procedimento . . . . .                                     | 403 |
| 1.551 | – Sentença. . . . .  | 404 |
| 1.552 | – Eficácia da sentença sobre atos do interditando . . . . .  | 404 |
| 1.553 | – Rescisória. . . . .  | 405 |
| 1.554 | – Levantamento da interdição. . . . .                        | 405 |
| 1.555 | – Investidura dos curadores . . . . .                        | 405 |
| 1.556 | – Remoção de curador . . . . .                               | 406 |
| 1.557 | – Disposições comuns à nomeação de tutor e curador . . . . . | 406 |

### Capítulo LXXVI – Organização e Fiscalização das Fundações

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 226 | – Procedimento da Organização e Fiscalização das Fundações |     |
| 1.558 | – Conceito de fundação. . . . .                            | 409 |
| 1.559 | – Procedimento da instituição da fundação . . . . .        | 409 |
| 1.560 | – Estatutos confiados à elaboração de terceiro . . . . .   | 410 |
| 1.561 | – Alteração do estatuto . . . . .                          | 410 |
| 1.562 | – Extinção da fundação. . . . .                            | 411 |

### Capítulo LXXVII – Especialização da Hipoteca Legal

|       |  |  |
|-------|--|--|
| § 227 | – Procedimento da Especialização da Hipoteca Legal |  |
|-------|--|--|

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 1.563 | – Conceito de hipoteca legal . . . . . | 415 |
| 1.564 | – Competência . . . . .                | 416 |
| 1.565 | – Legitimação . . . . .                | 416 |
| 1.566 | – Procedimento . . . . .               | 416 |
| 1.567 | – Bens insuficientes . . . . .         | 417 |
| 1.568 | – Especialização negocial . . . . .    | 417 |
| 1.569 | – Eficácia da hipoteca . . . . .       | 417 |

## Parte XVIII – JUIZADO ESPECIAL CIVIL

### Capítulo LXXVIII – As Pequenas Causas e o Acesso à Justiça

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 228 | – Juizado Especial Civil, ou Juizado de Pequenas Causas                       |     |
| 1.570 | – Intróito . . . . .  | 421 |
| 1.571 | – Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas? . . . . .                   | 422 |
| 1.572 | – O Juizado Especial Civil . . . . .  | 423 |
| 1.573 | – Criação do Juizado Especial . . . . .                                       | 424 |
| 1.574 | – Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil . . . . .                 | 424 |
| 1.575 | – Princípios informativos . . . . .   | 424 |
| 1.576 | – Princípio da oralidade . . . . .  | 425 |
| 1.577 | – Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial . . . . . | 426 |
| 1.578 | – Conciliação . . . . .   | 426 |
| 1.579 | – A facultatividade do Juizado Especial . . . . .                             | 427 |
| § 229 | – O Órgão Judicante: Competência e Composição                                 |     |
| 1.580 | – Competência . . . . .   | 429 |
| 1.581 | – Foro competente . . . . .   | 429 |
| 1.582 | – Competência para execução forçada . . . . .                                 | 430 |
| 1.583 | – Limitações à competência . . . . .  | 430 |
| 1.584 | – O órgão judicante . . . . .   | 430 |
| 1.585 | – Distribuição de funções: tarefa do juiz . . . . .                           | 431 |
| 1.586 | – Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores . . . . .                          | 431 |
| 1.587 | – O juízo arbitral . . . . .  | 432 |
| § 230 | – Partes  |     |
| 1.588 | – Legitimação <i>ad causam</i> . . . . .                                      | 434 |
| 1.589 | – Legitimação <i>ad processum</i> . . . . .                                   | 434 |
| 1.590 | – Litisconsórcio e intervenção de terceiros . . . . .                         | 435 |
| 1.591 | – Intervenção do Ministério Público . . . . .                                 | 435 |
| § 231 | – Os Atos Processuais e o Procedimento  |     |
| 1.592 | – Os atos processuais e sua forma . . . . .                                   | 436 |
| 1.593 | – O procedimento . . . . .  | 436 |
| 1.594 | – A propositura da ação . . . . .   | 437 |
| 1.595 | – Citações e intimações . . . . .   | 437 |
| 1.596 | – Requisitos da citação . . . . .   | 438 |
| 1.597 | – Intimações . . . . .  | 438 |
| 1.598 | – A audiência de conciliação, instrução e julgamento . . . . .                | 438 |
| 1.599 | – A resposta do réu . . . . .   | 439 |
| 1.600 | – As provas . . . . .   | 440 |
| § 232 | – A Sentença e os Recursos  |     |
| 1.601 | – A sentença . . . . .  | 441 |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 1.602 | – Recursos . . . . .  | 441 |
| 1.603 | – Extinção do processo . . . . .  | 443 |
| § 233 | – Execução e Disposições Especiais  |     |
| 1.604 | – Execução forçada . . . . .  | 445 |
| 1.605 | – As despesas processuais no Juizado Especial Civil . . . . .             | 446 |
| 1.606 | – Curadorias e assistência judiciária . . . . .                           | 447 |
| 1.607 | – Acordos extrajudiciais . . . . .  | 447 |
| 1.608 | – Ação rescisória . . . . .   | 447 |
| 1.609 | – Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais . . . . . | 447 |

#### Capítulo LXXIX – O Juizado Especial Federal

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| § 234 | – As Pequenas Causas na Justiça Federal                           |     |
| 1.610 | – A instituição do Juizado Especial Federal . . . . .             | 451 |
| 1.611 | – Disciplina legal . . . . .                                      | 451 |
| 1.612 | – Princípios informativos . . . . .                               | 451 |
| 1.613 | – Competência absoluta . . . . .                                  | 452 |
| § 235 | – Órgão Judicante   |     |
| 1.614 | – Composição do órgão judicante . . . . .                         | 453 |
| 1.615 | – Sessão de conciliação . . . . .                                 | 453 |
| 1.616 | – Competência . . . . .   | 453 |
| 1.617 | – Causas de competência dos Juizados Especiais Federais . . . . . | 453 |
| § 236 | – Partes  |     |
| 1.618 | – Legitimação . . . . .   | 455 |
| 1.619 | – Intervenção de terceiros e litisconsórcio . . . . .             | 455 |
| 1.620 | – Ministério Público . . . . .                                    | 455 |
| 1.621 | – <i>Jus postulandi</i> e representação das partes . . . . .      | 455 |
| § 237 | – Atos Processuais e Procedimento                                 |     |
| 1.622 | – Princípios . . . . .  | 457 |
| 1.623 | – Atos de comunicação processual . . . . .                        | 457 |
| 1.624 | – Uso de meios eletrônicos . . . . .                              | 457 |
| 1.625 | – Prazos . . . . .  | 458 |
| 1.626 | – Petição Inicial . . . . .                                       | 458 |
| 1.627 | – Resposta . . . . .  | 458 |
| 1.628 | – Exceções . . . . .  | 458 |
| 1.629 | – Sessão de conciliação . . . . .                                 | 458 |
| 1.630 | – Instrução probatória . . . . .                                  | 459 |
| 1.631 | – A sentença e as máximas de experiência . . . . .                | 459 |
| 1.632 | – Reexame necessário . . . . .                                    | 460 |
| § 238 | – Sistema Recursal  |     |
| 1.633 | – Recursos no Juizado Especial . . . . .                          | 461 |
| 1.634 | – Recurso especial e recurso extraordinário . . . . .             | 461 |
| 1.635 | – Incidente de uniformização de jurisprudência . . . . .          | 462 |
| § 239 | – Execução e Medidas Preventivas                                  |     |
| 1.636 | – Execução . . . . .  | 463 |
| 1.637 | – Medidas cautelares . . . . .                                    | 463 |
| 1.638 | – Antecipação de tutela . . . . .                                 | 464 |

#### Parte XIX – ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DISCIPLINADOS FORA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

#### Capítulo LXXX - Ações Constitucionais

|       |                               |  |
|-------|-------------------------------|--|
| § 240 | – A Constituição e o Processo |  |
|-------|-------------------------------|--|

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 1.639 | – O direito processual constitucional . . . . .                                   | 469 |
| 1.640 | – Os fundamentos do direito processual constitucional . . . . .                   | 469 |
| § 241 | – Mandado de Segurança  |     |
| 1.641 | – Conceito . . . . .  | 471 |
| 1.642 | – Natureza da ação . . . . .  | 471 |
| 1.643 | – Legitimação ativa . . . . .   | 472 |
| 1.644 | – Legitimação passiva . . . . .   | 472 |
| 1.645 | – Ato de autoridade judicial . . . . .  | 473 |
| 1.646 | – Litisconsórcio . . . . .  | 474 |
| 1.647 | – Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo . . . . . | 474 |
| 1.648 | – Procedimento . . . . .  | 475 |
| 1.649 | – Liminar . . . . .   | 475 |
| 1.650 | – Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança . . . . .                | 476 |
| 1.651 | – Competência . . . . .   | 476 |
| 1.652 | – Sentença e coisa julgada . . . . .  | 477 |
| § 242 | – Mandado de Segurança Coletivo   |     |
| 1.653 | – Conceito . . . . .  | 478 |
| 1.654 | – Legitimação ativa . . . . .   | 478 |
| 1.655 | – Legitimação passiva . . . . .   | 479 |
| 1.656 | – Procedimento e competência . . . . .  | 480 |
| § 243 | – Mandado de Injunção   |     |
| 1.657 | – Conceito . . . . .  | 481 |
| 1.658 | – Objeto . . . . .  | 481 |
| 1.659 | – Pressupostos . . . . .  | 481 |
| 1.660 | – Legitimação . . . . .   | 482 |
| 1.661 | – Competência . . . . .   | 482 |
| 1.662 | – Procedimento . . . . .  | 483 |
| § 244 | – <i>Habeas Data</i>  |     |
| 1.663 | – Conceito . . . . .  | 484 |
| 1.664 | – Natureza jurídica . . . . .   | 484 |
| 1.665 | – Legitimidade e interesse . . . . .  | 485 |
| 1.666 | – Objeto do <i>habeas data</i> . . . . .  | 485 |
| 1.667 | – Competência . . . . .   | 486 |
| 1.668 | – Procedimento . . . . .  | 486 |
| 1.669 | – Cumprimento da sentença . . . . .   | 487 |
| 1.670 | – Coisa julgada . . . . .   | 487 |
| § 245 | – Ação Popular  |     |
| 1.671 | – Conceito . . . . .  | 489 |
| 1.672 | – Requisitos . . . . .  | 489 |
| 1.673 | – Atos atacáveis pela ação popular . . . . .                                      | 490 |
| 1.674 | – Legitimação . . . . .   | 490 |
| 1.675 | – Procedimento . . . . .  | 491 |
| 1.676 | – Sentença . . . . .  | 491 |
| 1.677 | – Coisa julgada . . . . .   | 492 |
| 1.678 | – Execução . . . . .  | 492 |

#### Capítulo LXXXI - Ações Coletivas

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 246 | – Ação Civil Pública e Outras Ações Coletivas                                      |     |
| 1.679 | – Histórico . . . . .  | 493 |
| 1.680 | – Direito material coletivo e direito processual coletivo . . . . .                | 494 |
| 1.681 | – Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública . . . . . | 494 |
| 1.682 | – Ações coletivas possíveis após o CDC . . . . .                                   | 495 |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 1.683 | – Legitimação .....  | 496 |
| 1.684 | – O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos ..... | 497 |
| 1.685 | – Competência .....  | 499 |
| 1.686 | – Procedimento .....   | 500 |
| 1.687 | – Liminar .....  | 500 |
| 1.688 | – Coisa julgada .....  | 500 |
| 1.689 | – Execução .....   | 501 |

## Capítulo LXXXII - Ações Locatícias

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| § 247 | – Generalidades  |     |
| 1.690 | – Dos procedimentos e suas disposições gerais .....                    | 503 |
| 1.691 | – Tramitação durante as férias forenses .....                          | 503 |
| 1.692 | – Competência do <i>forum rei sitae</i> .....                          | 504 |
| 1.693 | – Valor da causa .....   | 504 |
| 1.694 | – Atos de comunicação processual .....                                 | 505 |
| 1.695 | – Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias ..... | 505 |
| § 248 | – Ação de Despejo  |     |
| 1.696 | – Natureza .....   | 507 |
| 1.697 | – A força executiva do procedimento .....                              | 508 |
| 1.698 | – A liminar na ação de despejo .....                                   | 509 |
| 1.699 | – Legitimação .....  | 510 |
| 1.700 | – Documentação da petição inicial .....                                | 510 |
| 1.701 | – Concordância do locatário com a pretensão do locador .....           | 511 |
| 1.702 | – Denúncia vazia .....   | 511 |
| 1.703 | – Denúncia cheia .....   | 511 |
| § 249 | – Ação de Despejo por Falta de Pagamento                               |     |
| 1.704 | – Cabimento .....  | 512 |
| 1.705 | – Conseqüência da cumulação de pedidos .....                           | 512 |
| 1.706 | – Purga da mora .....  | 513 |
| 1.707 | – Reiteração abusiva da purga da mora .....                            | 514 |
| 1.708 | – Purga da mora e contestação .....                                    | 514 |
| § 250 | – Execução da Sentença de Despejo                                      |     |
| 1.709 | – Desocupação voluntária .....   | 515 |
| 1.710 | – Execução forçada .....   | 515 |
| 1.711 | – Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel .....   | 516 |
| 1.712 | – Execução provisória e caução .....                                   | 516 |
| 1.713 | – Abandono do imóvel pelo locatário .....                              | 517 |
| § 251 | – Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação               |     |
| 1.714 | – Cabimento .....  | 518 |
| 1.715 | – Legitimação .....  | 518 |
| 1.716 | – Pressupostos .....   | 519 |
| 1.717 | – Procedimento .....   | 519 |
| 1.718 | – Petição inicial .....  | 519 |
| 1.719 | – Depósito judicial .....  | 520 |
| 1.720 | – Prestações vincendas .....   | 520 |
| 1.721 | – Revelia .....  | 520 |
| 1.722 | – Contestação .....  | 520 |
| 1.723 | – Reconvenção .....  | 520 |
| 1.724 | – Complementação do depósito após a contestação .....                  | 521 |
| 1.725 | – Levantamento do depósito .....                                       | 521 |
| § 252 | – Ação Revisional de Aluguel   |     |
| 1.726 | – Cabimento .....  | 522 |



|                                      |  |     |
|--------------------------------------|--|-----|
| 1.727                                | – Natureza . . . . .   | 522 |
| 1.728                                | – Legitimação . . . . .  | 522 |
| 1.729                                | – Procedimento . . . . .                                       | 523 |
| 1.730                                | – Petição inicial . . . . .                                    | 523 |
| 1.731                                | – Aluguel provisório . . . . .                                 | 523 |
| 1.732                                | – Contestação . . . . .  | 524 |
| 1.733                                | – Sentença . . . . .   | 524 |
| 1.734                                | – Verbas da sucumbência . . . . .                              | 525 |
| 1.735                                | – Execução de sentença . . . . .                               | 525 |
| 1.736                                | – Acordo de desocupação . . . . .                              | 525 |
| § 253                                | – Ação Renovatória . . . . .                                   |     |
| 1.737                                | – Cabimento . . . . .  | 526 |
| 1.738                                | – Natureza jurídica . . . . .                                  | 527 |
| 1.739                                | – Legitimação . . . . .  | 527 |
| 1.740                                | – Procedimento . . . . .                                       | 528 |
| 1.741                                | – Petição inicial . . . . .                                    | 528 |
| 1.742                                | – A defesa do locador . . . . .                                | 531 |
| 1.743                                | – Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais . . . . . | 531 |
| 1.744                                | – Defesa baseada no valor real da locação . . . . .            | 531 |
| 1.745                                | – Defesa baseada em melhor proposta de terceiro . . . . .      | 532 |
| 1.746                                | – Retomada para construção ou reconstrução . . . . .           | 532 |
| 1.747                                | – Retomada para uso próprio . . . . .                          | 533 |
| 1.748                                | – Aluguel provisório . . . . .                                 | 533 |
| 1.749                                | – Sentença . . . . .   | 534 |
| 1.750                                | – Sentença de retomada . . . . .                               | 534 |
| 1.751                                | – Execução de sentença . . . . .                               | 535 |
| 1.752                                | – Indenização de perdas e danos . . . . .                      | 535 |
| <i>Bibliografia</i>                  | . . . . .  | 537 |
| <i>Índice Onomástico</i>             | . . . . .  | 543 |
| <i>Índice Alfabético de Assuntos</i> | . . . . .  | 547 |
| <i>Índice dos Fluxogramas</i>        | . . . . .  | 565 |